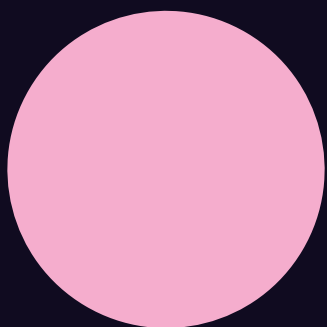




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Estado do Espírito Santo



Resultado

Planejamento Estratégico

2025



Apresentação

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) apresenta os resultados do Planejamento Estratégico 2021–2026, relativos ao exercício de 2025, em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e com o modelo de gestão adotado, estruturado por perspectivas estratégicas, objetivos, iniciativas e indicadores de desempenho.

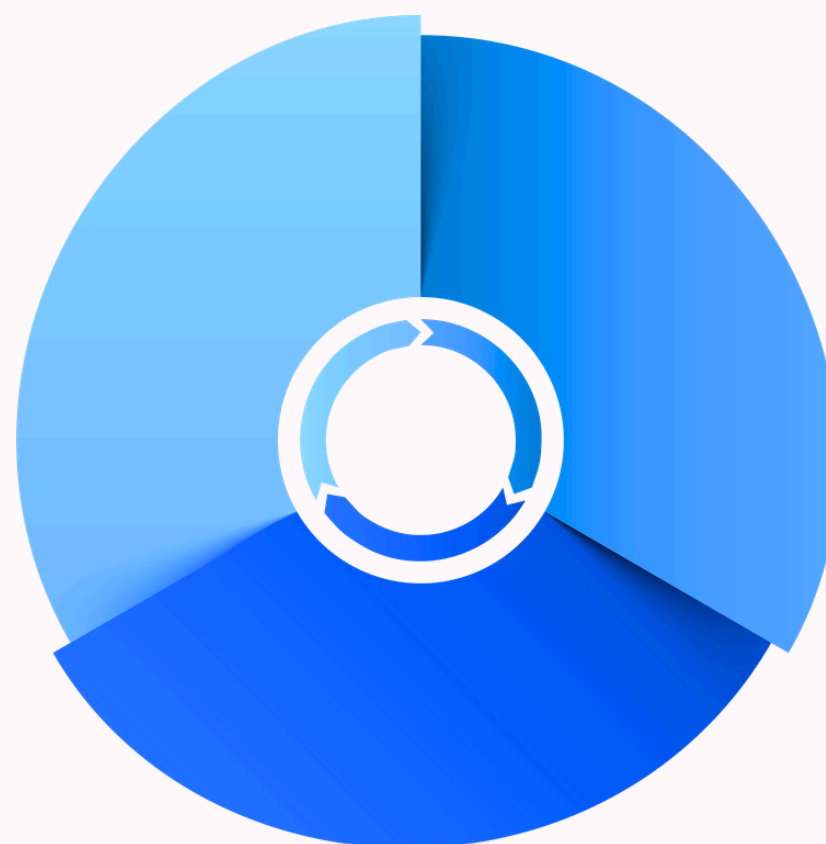
Metodologia

O acompanhamento do Planejamento Estratégico em 2025 foi realizado por meio do monitoramento periódico de indicadores, alinhados aos objetivos estratégicos e às iniciativas estratégicas, com apuração anual e comparação com metas institucionais.

Identidade Estratégica

A atuação do TJES permanece orientada por sua Missão, Visão e Valores, que balizam decisões, prioridades e alocação de esforços ao longo do ciclo 2021–2026.

Missão: “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do estado democrático de direito”.

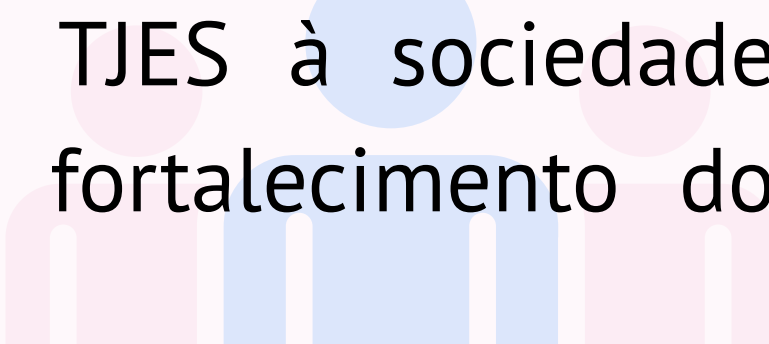


Visão: Ser uma instituição que promove a Justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência.


Valores: Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência, Imparcialidade, Modernidade, Acessibilidade e Responsabilidade Socioambiental.

Perspectivas


Sociedade: Esta perspectiva expressa as entregas obrigatórias do TJES à sociedade capixaba, com ênfase em direitos fundamentais, acessibilidade e fortalecimento do relacionamento institucional.



Processos Internos: Esta perspectiva reúne objetivos ligados à efetividade da prestação jurisdicional, produtividade, governança judiciária, soluções consensuais, precedentes e sustentabilidade.



Aprendizado e Crescimento: Abrange objetivos de pessoas, governança, infraestrutura, orçamento, TIC, segurança da informação e dados, satisfação do usuário e transformação digital.



Mapa Estratégico



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Estado do Espírito Santo

Mapa Estratégico 2021 - 2026

Sociedade

Garantia dos Direitos Fundamentais

- Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça.
- Promover a acessibilidade

Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

- Incentivar programas permanentes de cidadania.
- Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.

Processos Internos

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

- Garantir efetividade na prestação jurisdicional.

Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

- Combater a corrupção e a improbidade administrativa.

Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.

- Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos.

Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.

- Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios.

Promoção da Sustentabilidade.

- Promover a sustentabilidade.

Aprendizado e Crescimento

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

- Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal.

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

- Consolidar a valorização de magistrados e servidores.

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária.

- Fortalecer a governança institucional.

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

- Garantir a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros na execução da estratégia.

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

- Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC. AC.
- Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados.

- Aprimorar as aquisições e contratações de TIC.
- Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário.
- Promover a transformação digital.
- Buscar a inovação de forma colaborativa e promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.
- Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores.

Sumário



MACRODESAFIO 01
Garantia dos Direitos
Fundamentais

p.9

MACRODESAFIO 02
Fortalecimento da
relação institucional do
Poder Judiciário com a
sociedade

p.14

MACRODESAFIO 03
Agilidade e
Produtividade na
Prestação Jurisdicional

p.21

MACRODESAFIO 04
Enfrentamento à
corrupção, à
improbidade
administrativa e aos
ilícitos eleitorais

p.27

MACRODESAFIO 05
Prevenção de litígios e
adoção de soluções
consensuais para os
conflitos

p.31

MACRODESAFIO 06
Consolidação dos
sistemas de precedentes
obrigatórios.

p.35

MACRODESAFIO 07
Promoção da
Sustentabilidade

p.39

MACRODESAFIO 08
Aperfeiçoamento da
Gestão da Justiça
Criminal

p.43

MACRODESAFIO 09
Aperfeiçoamento da
gestão administrativa e
da Governança
judiciária

p.48

MACRODESAFIO 10
Aperfeiçoamento da
Gestão de Pessoas

p.51

MACRODESAFIO 11
Aperfeiçoamento da
Gestão Orçamentária e
Financeira

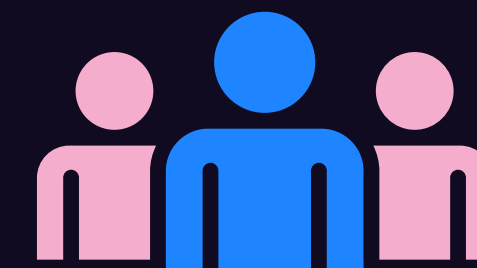
p.60

MACRODESAFIO 12
Fortalecimento da
Estratégia Nacional de
TIC e de Proteção de
Dados

p.66



Sociedade



Macrodesafio 01 - Garantia dos Direitos Fundamentais

Indicador IAJ - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

Indicador que avalia o acesso à justiça com base em três capitais – cidadania, população e judiciário –, distribuídos em dimensões ligadas a direitos e deveres, vulnerabilidade, perfil demográfico, resolução de conflitos, acesso a serviços públicos e inovação tecnológica.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

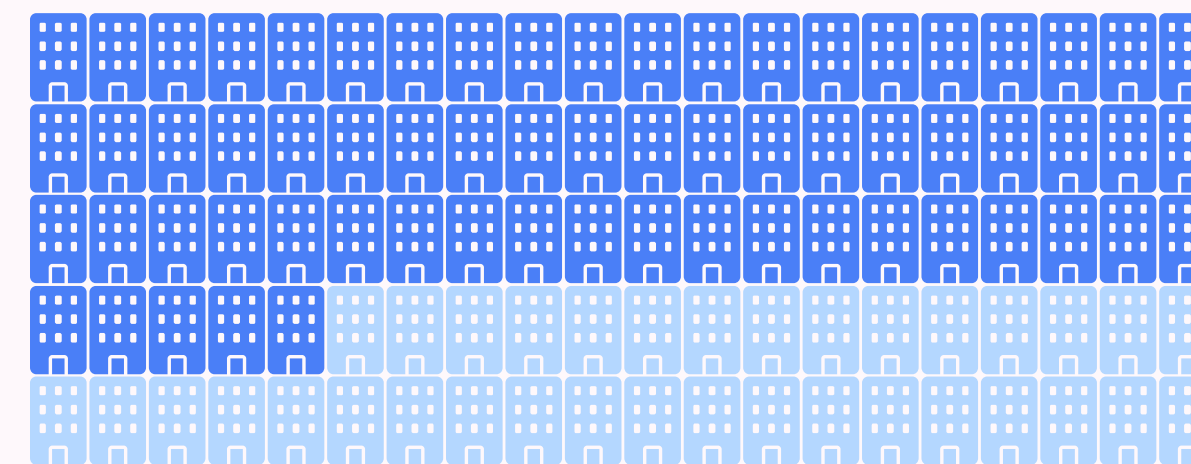
Meta 2025

Sem meta estabelecida para o ano

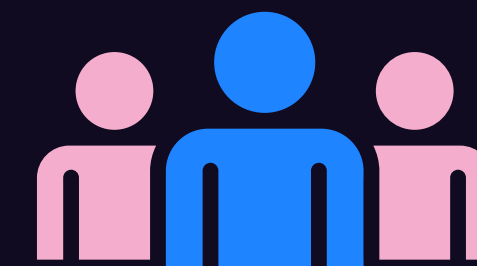
Resultado 2025

Não houve apuração pelo CNJ para o ano de 2025
A última atualização foi feita em 6 de setembro de 2022

65,2%



Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 01 - Garantia dos Direitos Fundamentais

Objetivo Estratégico

S.01.01 – Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça.

Ações e Iniciativas Estratégicas:

S.01.01.001 – Impulsionar a justiça digital.

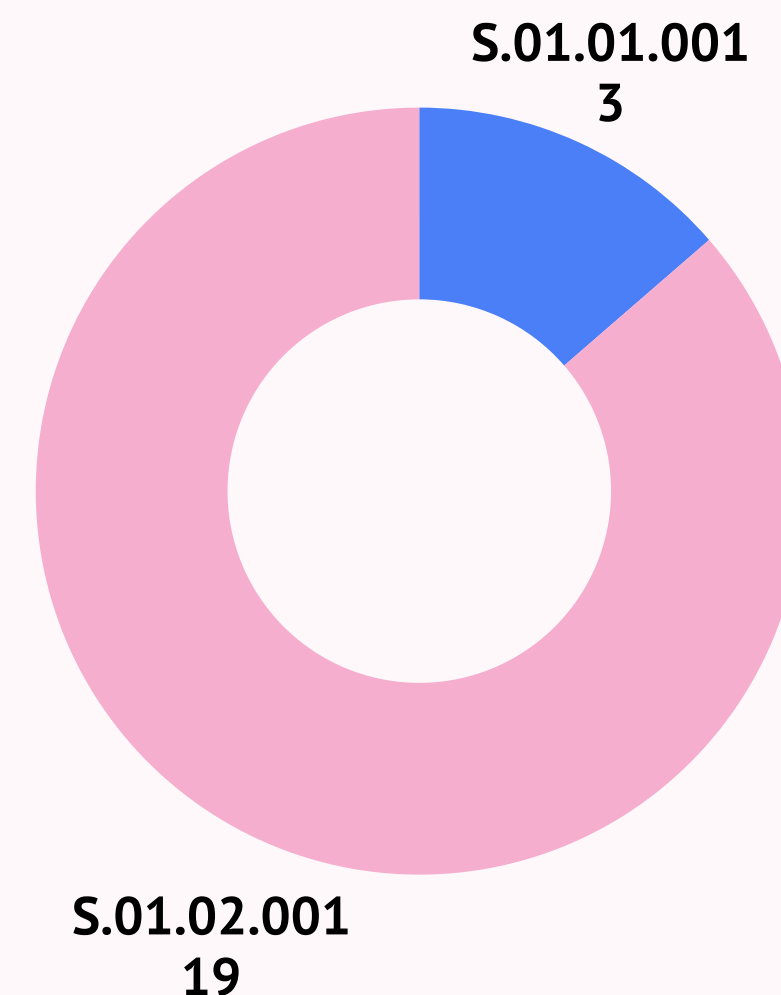
Objetivo Estratégico

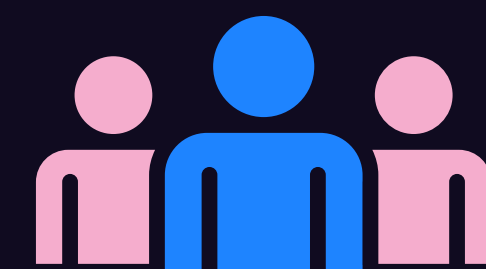
S.01.02 – Promover a acessibilidade.

Ações e Iniciativas Estratégicas:

S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade.

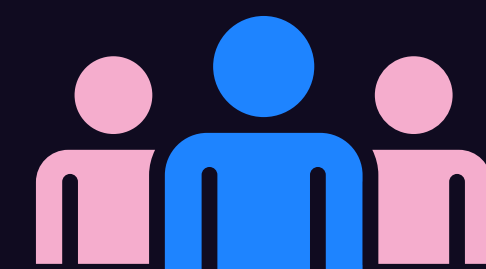
Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025





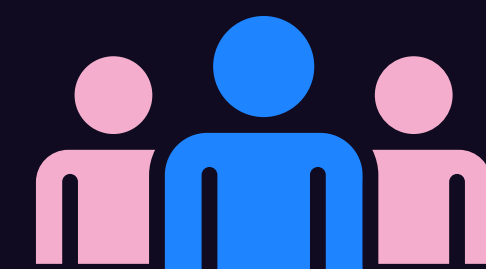
Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - S.01.01.001 – Impulsionar a justiça digital.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.01 – Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça	S.01.01.001 – Impulsionar a justiça digital	Coordenadoria de Gestão Documental	Digitalizar Processos.	Executar tratamento documental do acervo de documentos do PJES, incluindo atividades de higienização, preparação, digitalização de documentos, tratamento de imagens, indexação de documentos com reconhecimento óptico de caracteres (OCR), com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de toda a infraestrutura tecnológica.	100% dos arquivos digitalizados, acervo permanente.	14/07/2022	ago. de 2029	Projeto em execução.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.01 – Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça	S.01.01.001 – Impulsionar a justiça digital	Laboratório de Inovação	Executar o Programa "Concilia ES Digital".	Modernizar e desburocratizar o acesso à justiça, visando resolver conflitos de forma rápida, virtual e eficiente, sem a necessidade de comparecimento físico aos fóruns.	Realização do Programa.	01/03/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.01 – Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça	S.01.01.001 – Impulsionar a justiça digital	Corregedoria Geral de Justiça	Executar o Programa "Seu Nome Tem Valor".	Facilitar o procedimento de alteração de prenome e gênero de pessoas transgênero, assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, junto aos cartórios de registro civil de pessoas naturais (RCPN) no Estado do Espírito Santo.	1) Publicação do Provimento CGJES nº 16/2025, disponibilizado no dia 24/09/2025, que dispõe sobre a padronização do procedimento e das exigências documentais para a alteração e averbação do prenome e do gênero de pessoa transgênero nos escritórios de registro civil das pessoas naturais (RCPN) no Estado do Espírito Santo. 2) Lançamento do Projeto no dia 20/10/2025, com assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a CGJES, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e SINOREG/ES. 3) Divulgação de cartilha com as informações para o público-alvo.	24/09/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-



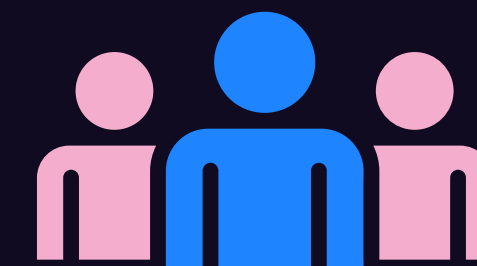
Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	Desenvolver o Plano de Gestão de Acessibilidade dos Imóveis do PJES.	Identificar os imóveis segundo as normas de acessibilidade vigentes a fim de categorizá-los conforme as intervenções necessárias.	Planejamento de execução de intervenções, bem como a priorização conforme a disponibilidade financeira e orçamentária e o devido alinhamento estratégico da Administração.	28/02/2020	-	Em execução.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	Executar o Programa "Acessibilidade de Inclusão".	Desenvolver o Programa de Acessibilidade e Inclusão do TJES, bem como o atendimento à Portaria CNJ nº 88/2020.	Desenvolver as ações 1 a 17 abaixo detalhadas.	02/07/2020	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 1 – Disponibilizar cordão girassol para magistradas(os), servidoras(es) e estagiárias(os) com deficiência oculta.	1) Atender aos dispositivos da Resolução CNJ 401/2021, Resolução TJES 034/2019 e Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015). 2) Identificar pessoas com deficiências ocultas... (uso opcional; conscientização; respeito a direitos; combate à discriminação). 3) Verificar com gestores de contratos de trabalhadores terceirizados a inclusão dessa prerrogativa.	1) Oferecer o cordão girassol a todas(os) com deficiência oculta; 2) Disponibilizar o cordão girassol para pelo menos 50% dos que requererem; 3) Incluir a disponibilização do cordão como ação permanente (Ato Normativo nº 140/2022).	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 2 – Disponibilizar crachá institucional para magistradas(os), servidoras(es) e estagiárias(os) com deficiência.	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Disponibilizar crachá com símbolo universal da acessibilidade (conscientização, respeito, atendimento prioritário, combate à discriminação). 3) Verificar com gestores de contratos de terceirizados; 4) Ampliar a divulgação nos canais do PJES.	1) Oferecer o crachá a todas(os) com deficiência (ref. recadastramento 2024: Estagiários 08; Servidores 110; Magistrados 08); 2) Disponibilizar a 50% dos requerentes à Comissão; 3) Tornar ação permanente (Ato Normativo nº 140/2022).	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 3 – Atualizar o cadastro de pessoas com deficiência no PJES (Res. CNJ 401/2021).	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Atualizar cadastro e orientar sobre avaliação biopsicossocial unificada (art. 13, §1º, Res. 401/2021; IPAJM/INSS).	1) Orientar/sensibilizar 100% (ref. recadastramento 2024: Estagiários 08; Servidores 110; Magistrados 08) para avaliação no IPAJM; 2) Aumentar em 50% as avaliações vs. 2024; 3) Orientar comissionados/terceirizados para avaliação no INSS; 4) Lançar cartilha de orientação (IPAJM/INSS).	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 4 – Estudar a demanda para aquisição de tecnologia assistiva.	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Estudar necessidade de tecnologias assistivas (leitor de tela, legendas, apps, abafadores etc.). 3) Ampliar a divulgação da ação.	1) Identificar público que demanda tecnologia assistiva (recadastramento 2024/pesquisa); 2) Classificar tipos necessários; 3) Estimar custos.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 5 – Reservar vagas de estágio para pessoas com deficiência (Res. CNJ 401/2021).	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Garantir reserva de vagas e inclusão desde a inserção profissional.	1) Criar cadastro de candidatos; 2) Criar protocolo de orientação para inclusão e acessibilidade do estagiário com deficiência.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual não realizado integralmente.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 6 – Acolher novos(as) servidores(as) e estagiários(as) com deficiência.	1) Atender às Res. CNJ 401/2021, Res. TJES 034/2019 e LBI. 2) Acolher servidores e estagiários nas demandas de inclusão/acessibilidade; 3) Acompanhar as atividades laborais.	1) Protocolo multidisciplinar (CSPS) para ingressantes com deficiência; 2) Protocolo (STI) para solicitação de tecnologia assistiva personalizada.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 7 – Realizar a Semana da Acessibilidade, Inclusão e Linguagem Simplificada.	Realizar Palestras em 11/04/2025 (13h-16h, Salão Pleno TJES) com Dr. Márcio Cruz (TRT-2) e Des. Jorge Henrique Valle dos Santos; transmissão on-line (YouTube TJES).	1) Público presencial de 100 pessoas; 2) Transmissão on-line com gravação e acesso público.	01/01/2025	11/04/2025	Ciclo Anual realizado.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 8 – Realizar o Curso remoto: Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência.	Realizar Curso remoto em 14, 15, 16, 22 e 23/04/2025 (8h–11h30), por videoconferência; palestrantes: Dr. Márcio Cruz; Dr. Fernando Gaburri; Dra. Nataly Evelin Konno Rocholl.	Capacitar pelo menos 50 pessoas (servidores, magistrados e terceirizados).	01/01/2025	23/04/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 9 – Realizar Ações para o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09/25) e Setembro Verde.	Promover ações referentes ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e à campanha Setembro Verde.	Palestra no Salão Pleno com representante do Comitê Nacional (CNJ); transmissão on-line; Oficina híbrida (presencial 40 / remoto 60); iluminação do TJES em verde; campanhas educativas.	01/01/2025	21/09/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 10 – Realizar Ações pelos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão (06/06/2015).	Realizar ações pelos 10 anos da LBI (Lei 13.146/2015).	Matéria no site; lançamento do Cordão Girassol e do crachá de identificação; vídeo no YouTube com participação de PCD do PJES/Lançamento do Projeto de atendimentos aos servidores com deficiência.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 11 – Desenvolver Campanha: ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso.	Elaborar 01 campanha de sensibilização sobre ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso.	Podcast just-talk; 02 vídeos (site/YouTube TJES) com participação de PCD do PJES; Treinamentos (Libras; antiprecapacitismo; letramento inicial).	01/01/2025	28/11/2025	Ciclo Anual não realizado integralmente.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 12 – Treinar a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.	Treinar e qualificar a comunicação do TJES (referência: Carta de Brasília; Res. 401/2021; NBR 17225).	Treinar 100% dos servidores e estagiários da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 13 – Desenvolver Projeto de Linguagem Simples: Varas de Família.	Formar e promover linguagem simples em documentos e decisões nas Varas de Família.	01 formação (híbrida); 01 representante por Vara; propor 01 modelo de documento e 01 referencial de decisão em Linguagem Simples; ODS 16.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual não realizado integralmente.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 14 – Estudar a ampliação da atuação do TILS (Tradutor Interpretador de Linguagem de Sinais)	Oferecer cargo específico de TILS (formação na área do Direito) para ações/projetos/formação continuada e atendimento processual; ampliar acesso da população surda.	Estudar criação do cargo; levantamento em outros Tribunais; levantamento da demanda no PJES.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual não realizado integralmente.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 15 – Realizar Evento artístico (03/12): feira, palestra sobre mercado de trabalho e empreendedorismo	Promover Pessoa com deficiência inseridas no universo artístico e no empreendedorismo; fortalecer compromisso com acessibilidade e inclusão.	Evento artístico com Pessoa com deficiência; fomentar visibilidade do empreendedorismo.	01/01/2025	28/11/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 16 – Participar de eventos do CNJ (acessibilidade/direitos).	Qualificar ações da Comissão com participação em eventos do CNJ; reproduzir práticas exitosas de outros tribunais.	Garantir representação do TJES em todos os eventos do CNJ relacionados ao tema.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	01 – Garantia dos Direitos Fundamentais	S.01.02 – Promover a acessibilidade	S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	AÇÃO 17 – Revisar a Política de Acessibilidade e Inclusão do PJES (Res. TJES 034/2019).	Revisar a Política de Acessibilidade e Inclusão (Res. 034/2019) conforme legislações nacionais e internacionais.	Verificar a necessidade de revisão a partir de estudos e atualizações normativas.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual não realizado integralmente.	-



Macrodesafio 02 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Indicador PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Pesquisa voltada à sociedade e aos jurisdicionados para medir a percepção sobre a atuação do Judiciário e a satisfação com os serviços prestados, a ser realizada no início e no fim da Estratégia pelo CNJ.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

Meta 2025

A meta original de percepção de satisfação foi de 70%, e foi mantida durante os anos da estratégia nacional

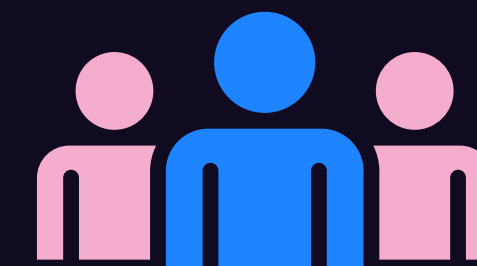
70%

Resultado 2025

O TJES não realizou pesquisa própria para o indicador, utilizando os resultados obtidos pela pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os resultados podem ser visualizados no Relatório de Pesquisa publicado pelo CNJ.

Resta esclarecer que a pesquisa que ocorreu de 14 de outubro a 28 de novembro de 2025 ainda não teve seu resultado divulgado



Macrodesafio 02 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Indicador ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Percentual de desempenho alcançado no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 215, de 16 de dezembro de 2015.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

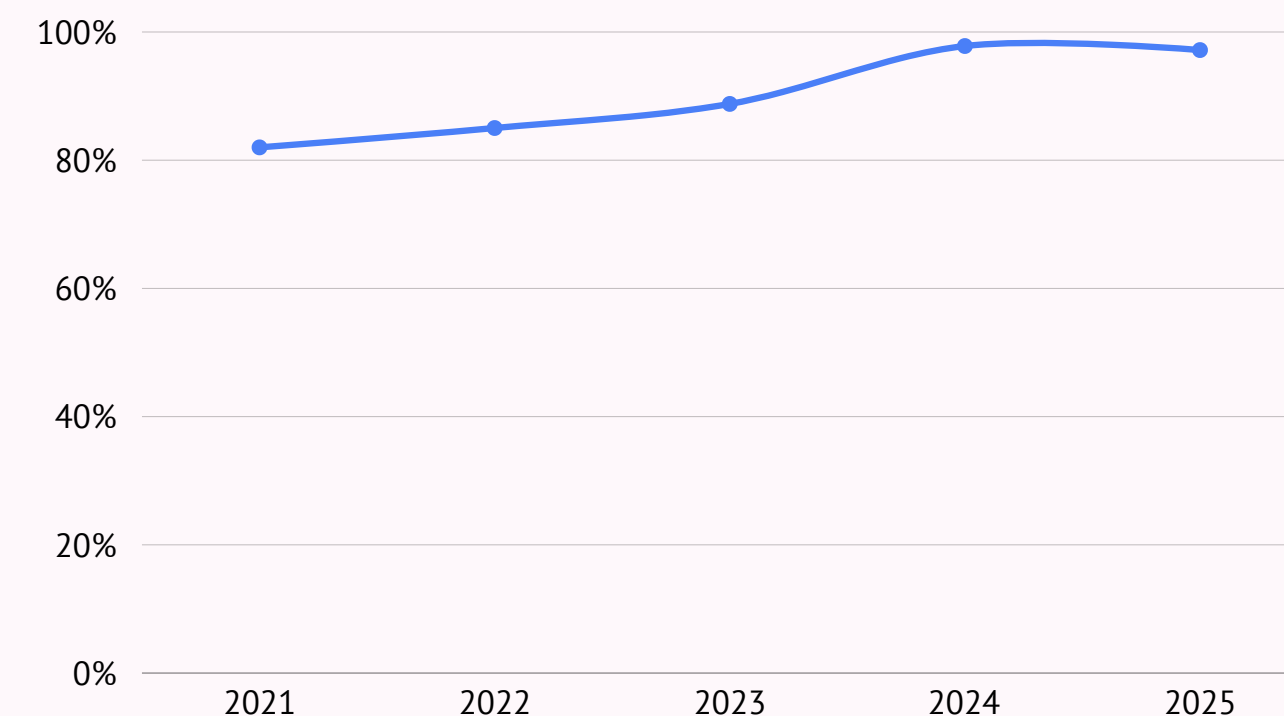
Meta 2025

A meta estipulada para 2025 leva em conta a perseguição constante do TJES pela máxima transparência de seus dados e os resultados anteriormente alcançados

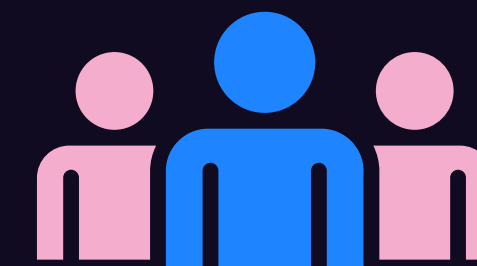
100%

Resultado 2025

97,18%



Fonte: [Página de Resultados do Ranking Transparência - CNJ](#)



Macrodesafio 02 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Objetivo Estratégico:

S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania.

Iniciativas Estratégicas:

S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.

S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.

Objetivo Estratégico:

S.02.02 – Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.

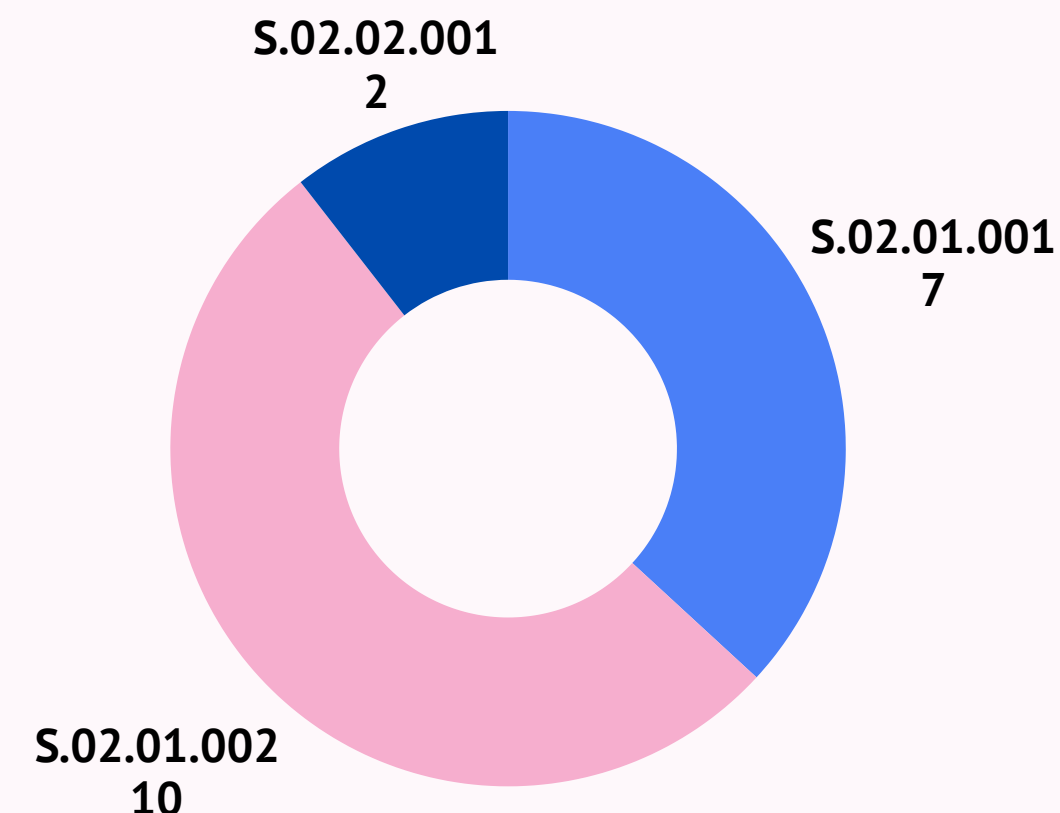
Iniciativas Estratégicas:

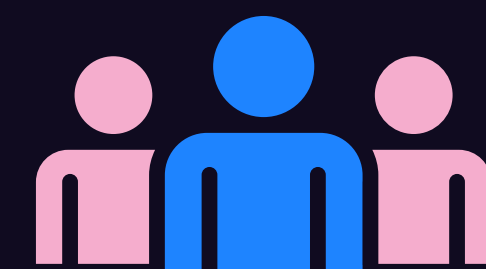
S.02.02.001 – Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.

S.02.02.002 – Modernizar e alinhar as ações de comunicação do Poder Judiciário.

Não há Projetos e Programas relacionados à Iniciativa S.02.02.002 – Modernizar e Alinhar as ações de Comunicação do Poder Judiciário, por esse motivo, o documento não apresentará projetos ou programas sobre tal iniciativa

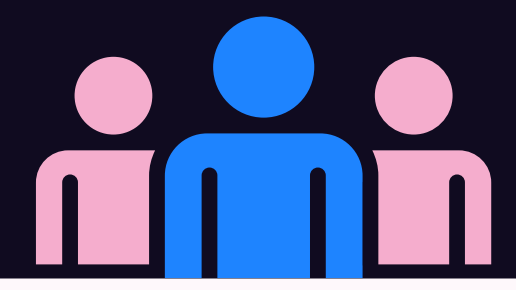
Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025





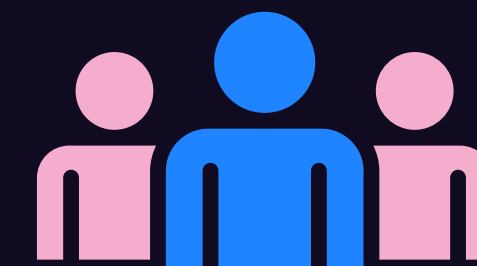
Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Desenvolver a Cooperação entre Poder Judiciário, Ministério Público e Secretaria de Segurança do Estado, Secretaria de Estado da Justiça e Secretaria de Estado das Mulheres.	Monitorar autores de violência doméstica.	Promover ações coordenadas entre os integrantes para gestão, avaliação e fiscalização da monitoração eletrônica de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher e dos dispositivos de segurança disponibilizados.	18/09/2025	17/09/2027	Em execução.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Desenvolver a Cooperação entre o Poder Judiciário com Tribunal Regional do Trabalho e a Justiça Federal.	Levar cidadania e acesso à Justiça para a população, durante ação do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.	Visita a 9 municípios do Estado, com a prestação de serviços de atendimento pelos cooperados, com fins de aproximar a Justiça da população.	01/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Corregedoria Geral de Justiça	Executar o Programa "JusAcolhimento".	Oferecer acompanhamento multidisciplinar a Magistradas e Servidoras em situação de violência doméstica, visando evitar agravos à saúde. Realizar campanhas de orientação e esclarecimentos sobre violência doméstica direcionadas às magistradas e servidoras do Poder Judiciário; Aplicar o protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de Magistradas e Servidoras (Recomendação CNJ nº 102/2021).	1) Lançamento da Campanha para o ano de 2025 no dia 18 de março de 2025; 2) Seminário presencialmente "JusAcolhimento: Cuidado e Atenção às Magistradas e Servidoras do Poder Judiciário do ES", realizado no dia 10/06/2025; 3) Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 01/2025 CPS e CGJES, disponibilizado no dia 28/07/2025, que dispõe sobre o procedimento de atuação da Comissão Permanente de Segurança no atendimento a magistradas e servidoras vítimas de violência doméstica, encaminhadas pela Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde - CSPS.	15/03/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Executar o Programa "Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha".	Divulgar a Lei Maria da Penha e atendimentos na área de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Rodas de conversa e concessão de MPU's em casos de urgência, trabalhando com a inclusão de mulheres PCD's .O Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha atendeu por 57 dias a municípios do interior.	01/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Executar o Programa "Palestras sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Centros POP".	Realizar Palestras para oferecer conhecimento a homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social que estão abrigados nos Centros POP.	As palestras nestes locais visam levar conhecimento sobre a Lei Maria da Penha como forma de conscientização e prevenção, da violência doméstica e familiar contra a mulher à população em situação de vulnerabilidade.	01/01/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Executar o Programa "Palestras sobre violência doméstica e Familiar contra a Mulher – Atendimento a diversos Órgãos, Empresas e Municípios.	Realizar Palestras para oferecer conhecimento a homens e mulheres sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.	Divulgação da Lei Maria da Penha à sociedade em geral como forma de conscientização, com fins de divulgar o que é violência.	01/01/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Executar o Programa "Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha".	Divulgar a Lei Maria da Penha e atendimentos na área de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Rodas de conversa e concessão de MPU's em casos de urgência, trabalhando com a inclusão de mulheres PCD's .O Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha atendeu por 38 dias a municípios do interior.	01/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao Adolescente.

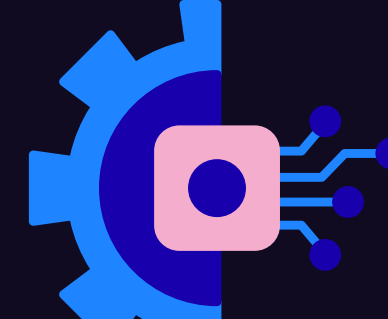
Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Realizar Ação que visa enviar os esforços necessários para estabelecer, entre as instituições signatárias, uma cooperação interinstitucional voltada ao desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao levantamento das medidas provisórias outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil a respeito da Unidade de Internação Socioeducativa do Estado do Espírito Santo (UNIS).	Assegurar o cumprimento do Protocolo de Intenções nº 03/2023-CNJ.	Assegurar os esforços necessários para estabelecer, entre as instituições signatárias, uma cooperação interinstitucional voltada ao desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao levantamento das medidas provisórias outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil a respeito da Unidade de Internação Socioeducativa do Estado do Espírito Santo (UNIS).	01/09/2023	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Instituir e Regular, no âmbito do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Grupo de Trabalho Interinstitucional de Cooperação para Fortalecimento e Qualificação dos Fluxos e Procedimentos de Prevenção e Combate à Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes contra Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas no Espírito Santo	Cooperar para o fortalecimento e a qualificação dos fluxos e procedimentos de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes contra adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Espírito Santo.	Qualificar os fluxos e processos de prevenção e combate à tortura e maus-tratos contra adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Espírito Santo.	01/01/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Criar Canal de Comunicação do GMF Sistema Socioeducativo.	Construir e manter canal de comunicação do GMF SE .	Qualificar e facilitar a comunicação com a rede e a sociedade.	01/01/2025	30/09/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	NUPEMEC	Amparar Filhos Menores.	Amparar os filhos menores de pais em situação de violência doméstica e, de forma paralela, contribuir para a desjudicialização de demandas nas varas de família. O objetivo é buscar oportunizar aos interessados que estejam em situação de violência doméstica, otimizando o olhar sobre as questões dos filhos menores, fazendo com que não fiquem desamparados e desassistidos pelo genitor em caso de determinada medida protetiva de afastamento, proibição de contato e aproximação em favor da mulher.	Firmado Termo de Cooperação Técnica como projeto-piloto com a OAB/ES. Apoio de dativos especializados em matérias de mediação para acompanhar as partes. Continuidade do encaminhamento de casos para mediação de família, através de tratamento das questões familiares no âmbito das varas de violência doméstica, por meio da mediação (guarda, convivência e alimentos). Recepção e triagem nas reuniões de acolhimento realizadas na Vara por meio de reclamação pré processual, com a presença da Defensoria Pública e MPES.	30/06/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	Eventos realizados com a participação da Comissão da Mulher da OAB/ES e Vara de Violência Doméstica de Vitória. Continuidade do encaminhamento de casos para mediação de família, através de tratamento das questões familiares no âmbito das varas de violência doméstica, por meio da mediação (guarda, convivência e alimentos). Apresentação do Projeto ao Prêmio Conciliar é Legal do CNJ em setembro de 2025.
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Meu Pai É Legal".	Promover o reconhecimento voluntário de paternidade.	Assegurar aos pais o reconhecimento voluntário de paternidade de crianças e adolescentes.	01/08/2022	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Entrega Voluntária".	Dispor sobre os procedimentos de atendimento nos serviços da rede de atenção e cuidado materno-infantil, encaminhamentos ao Poder Judiciário e intervenção quando gestantes ou genitoras manifestarem interesse em entregar espontaneamente seu filho recém-nascido ou aderir expressamente ao pedido de colocação em família substituta na modalidade de adoção.	Garantir o atendimento dos direitos da mulher e da criança e do adolescente.	27/06/2022	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Monitoramento do uso das salas estruturadas de depoimento especial e designação de entrevistadores forenses".	Dar efetividade à Resolução CNJ nº 299/2019 e a lei nº 13.431/2017.	Assegurar o atendimento adequado a criança e adolescente vítima de violência.	01/02/2019	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Fazendo Justiça".	Realizar a Identificação Civil e Emissão de Documentos para as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Assegurar documentos civis básicos diante da vulnerabilidade de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, impactando o seu acesso às políticas públicas e dificultando sua reintegração social.	30/03/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa Nacional Permanente "Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e a Egressos de Unidades de Acolhimento – Programa Novos Caminhos/CNJ".	Dar efetividade à Resolução CNJ nº 543/2024 no âmbito do estado.	Viabilizar a empregabilidade dos(as) jovens acolhidos(as) institucionalmente, no âmbito territorial de jurisdição de cada Tribunal, por meio de capacitação e da articulação com outros órgãos públicos, empresas, empresários e instituições da sociedade civil.	15/08/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.01 – Incentivar programas permanentes de cidadania	S.02.01.002 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Monitoramento de Entrada e Saída de Adolescentes das Unidades do Sistema Socioeducativo e Supervisionar o Preenchimento do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAEL) ou outro Sistema Eletrônico.	Dar efetividade ao direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Assegurar o direito dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	01/01/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - S.02.02.001 – Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.02 – Aprimorar o relacionamento com jurisdicionados e sociedade	S.02.02.001 — Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.	Laboratório de Inovação	Executar o Programa de Modernização dos modelos de documentos judiciais em linguagem simples e acessível.	Adotar linguagem simples e clara em sentenças, intimações e outros atos judiciais, alinhando-se ao Pacto Nacional do CNJ. A iniciativa visa eliminar o "juridiquês", tornando as decisões compreensíveis ao cidadão comum, facilitando o acesso à justiça.	Realização do Programa.	01/05/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Sociedade	02 – Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	S.02.02 – Aprimorar o relacionamento com jurisdicionados e sociedade	S.02.02.001 — Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.	Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica	Executar o Programa "Palestras sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Escolas".	Realizar 18 palestras a jovens adolescentes em diversos municípios do estado, sobre o que é violência doméstica e familiar contra a mulher/meninas.	Cerca de 2000 jovens (Ensino Fundamental e Ensino Médio) foram alcançados pelas palestras.	01/03/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-

Processos Internos



Macrodesafio 03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicador TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Percentual de processos de execução fiscal que permaneceram pendentes ao fim do período, em relação ao total que tramitaram no mesmo intervalo.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

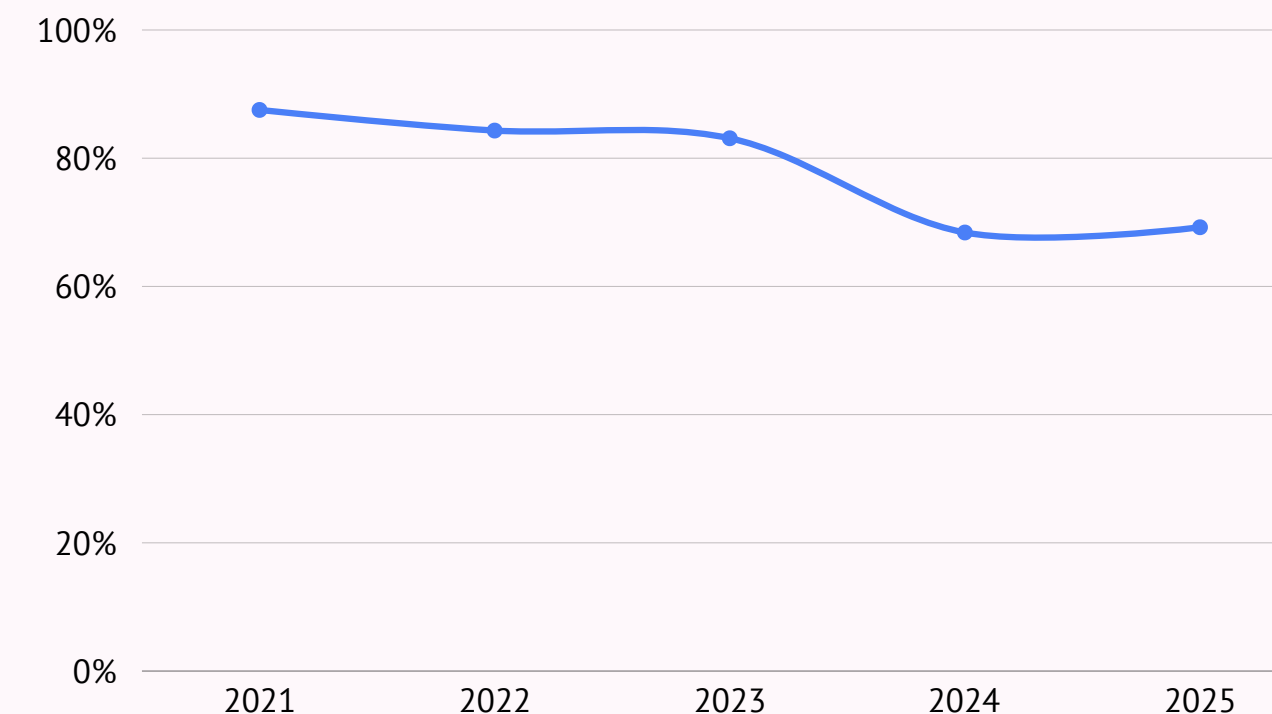
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico

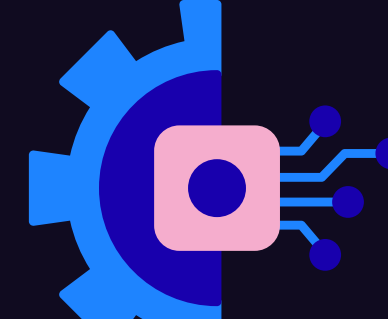
69,23%

Resultado 2025

69,23%



Fonte: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas>



Macrodesafio 03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicador TCL - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS

Percentual de processos que, nos últimos 12 meses, permaneceram em tramitação sem solução definitiva, excluídos os suspensos, sobrestados, em arquivo provisório e as execuções fiscais.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

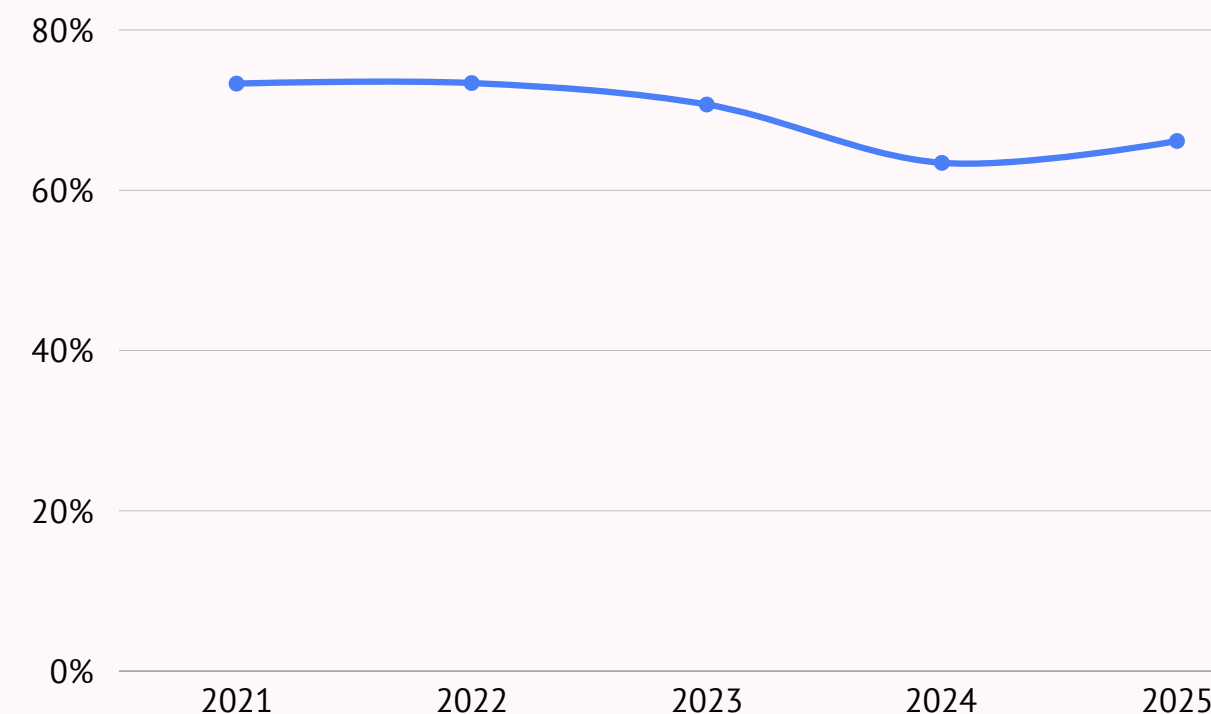
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao cumprimento da Meta Nacional 05, estipulada pelo CNJ

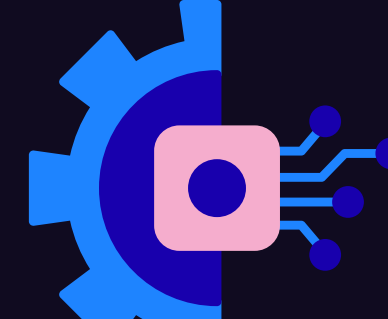
**-0,5%
ou 52%
de TCL**

Resultado 2025

66,15%



Fonte: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas>



Macrodesafio 03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicador

IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

Indica a capacidade do Judiciário de julgar ao menos a mesma quantidade de processos que recebe, alcançando resultado satisfatório quando igual ou superior a 100%, considerando 1º e 2º graus, turmas recursais e juizados especiais.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

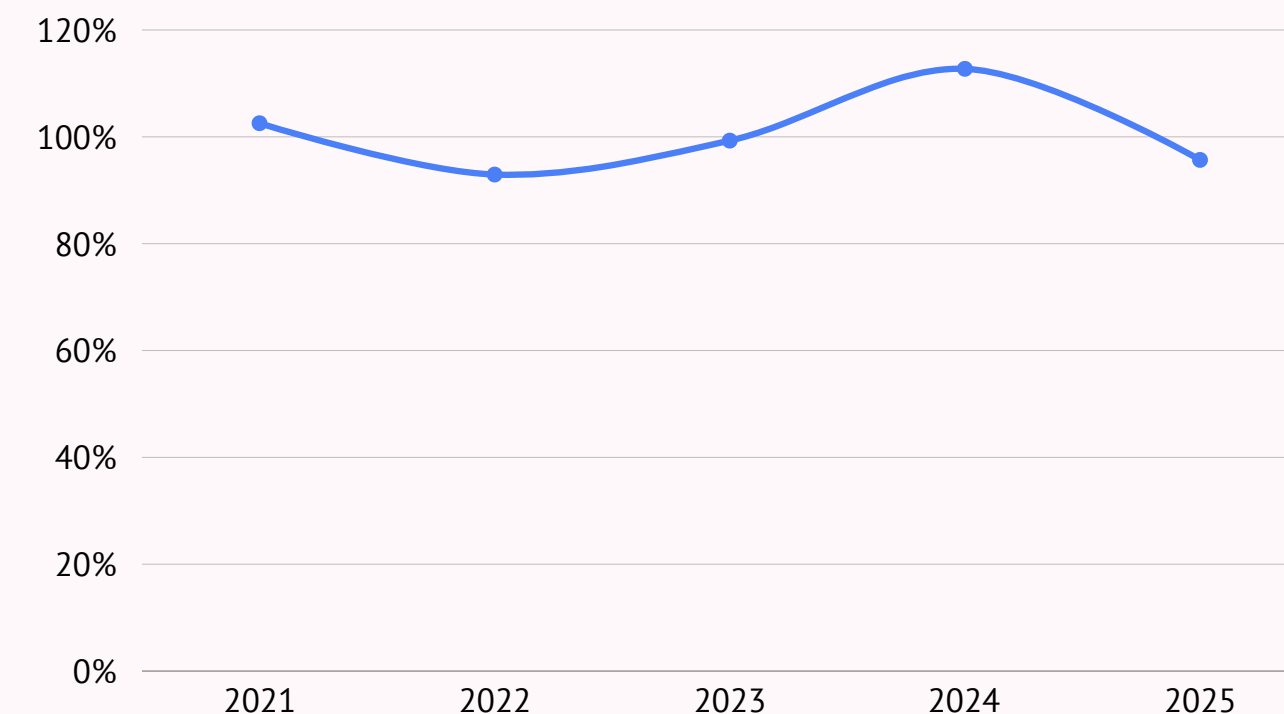
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 100% para o indicador IAD no ano de 2025

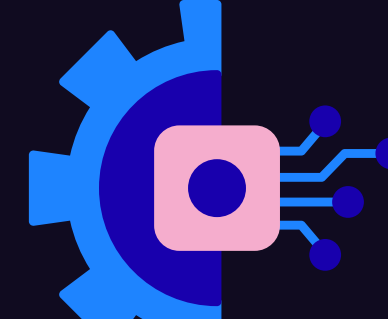
100%

Resultado 2025

95,68%



Fonte: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas>



Macrodesafio 03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicador

TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES LÍQUIDOS, CONSIDERANDO AS FASES DENTRO DO JUDICIÁRIO

Tempo de tramitação dos processos pendentes, excluídos os períodos em que ficaram suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ

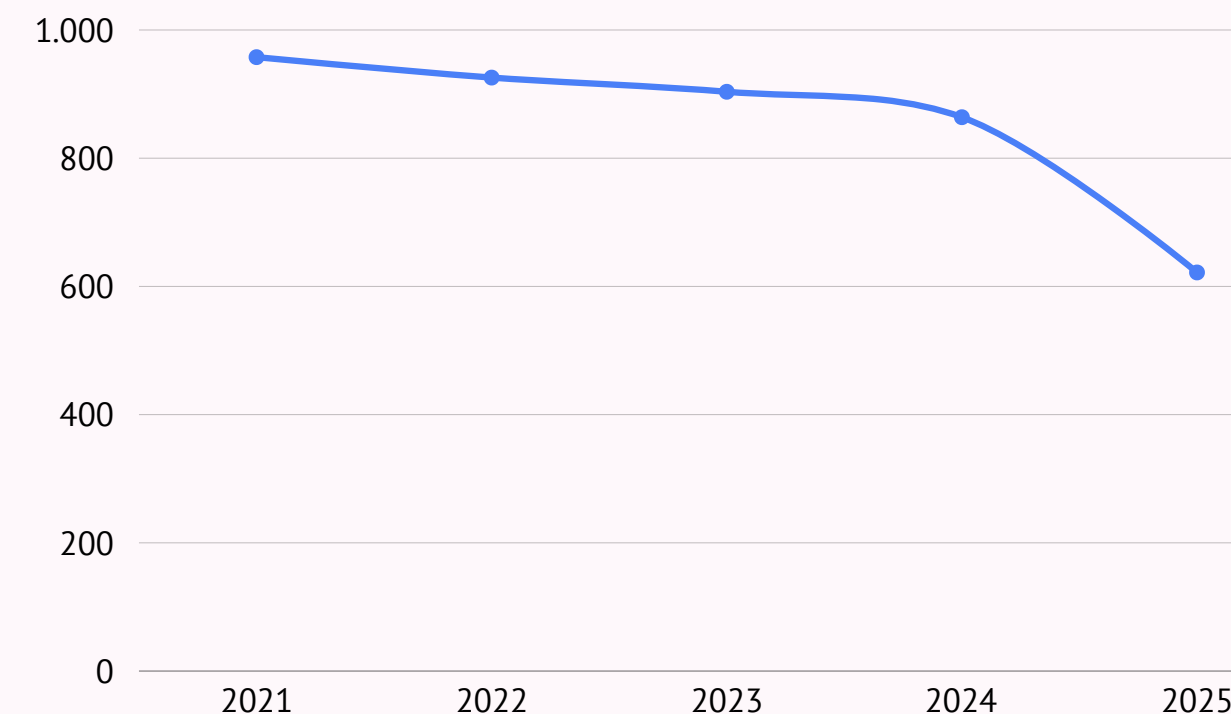
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 500 dias de tramitação para os processos pendentes líquidos.

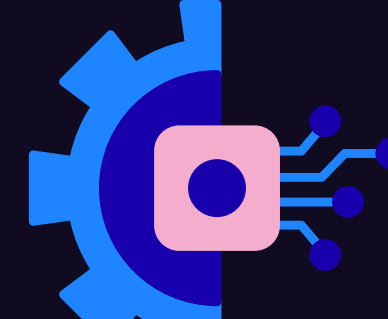
500 dias

Resultado 2025

622



Fonte: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas>



Macrodesafio 03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Objetivo Estratégico:

PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional.

Iniciativas Estratégicas:

PI.03.01.001 – Impulsionar a desjudicialização de processos de Execução Fiscal.

PI.03.01.002 – Aprimorar o Sistema dos Juizados Especiais.

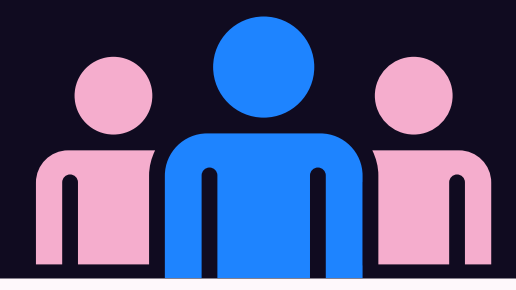
PI.03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.

Obs: Não há projetos e programas ligados às Iniciativas PI.03.01.001 e PI.03.01.002. Por este motivo, estão apresentados apenas os projetos e programas da Iniciativa PI.03.01.003.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025

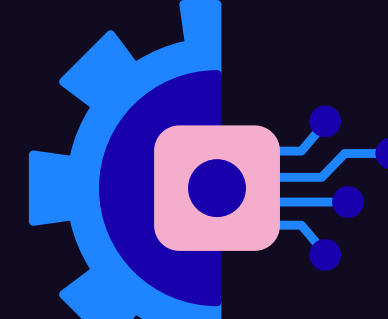


PI.03.01.003
15



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Implantar Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial - SAREF.	Implantar o sistema de apresentação remota e reconhecimento facial para reeducandos em regime aberto e livramento condicional.	Implantar o sistema em todas as Comarcas do Estado.	01/08/2024	ago. de 2025	Sistema implantado em todo o estado. Finalizado em Ago/2025.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Implantar projeto "Liberdade responsável".	Estabelecer diretrizes e procedimentos para regulamentação da harmonização do regime semiaberto de pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena.	Projeto piloto com grupo de 50 apenados.	11/09/2024	20/12/2026	Em fase de publicação de Ato Normativo Conjunto.	A meta é formalizar e expandir o projeto.
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Implantar o Núcleo de Audiência de Custódia em Sede Provisória.	Estruturar e regularizar o Núcleo de Audiência de Custódia (mudança do Complexo Penitenciário do Município de Viana).	Implantação de Sede Provisória.	08/08/2024	31/12/2025	Funcionamento na sede provisória no Fórum da comarca de Cariacica, até que seja viabilizado o espaço permanente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Implantar o Juízo de Garantias.	Zelar pela legalidade dos atos e pela proteção dos direitos fundamentais do investigado na área criminal.	Implementação em todo o Estado.	08/08/2024	31/12/2025	Projeto finalizado em jan/2025.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Implantar Modelo de Atuação do Monitoramento Eletrônico.	Apresentar o modelo de funcionamento do monitoramento eletrônico aos magistrados, bem como conscientizar sobre o seu uso e informar sobre os prestadores do serviço.	Apresentação a todos os magistrados criminais do Estado.	01/10/2025	01/12/2025	Implantação concluída.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Realizar Mutirão Processual.	Realizar mutirão processual nas varas criminais e de Execuções Penais.	Saneamento de inconsistências apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça.	01/01/2025	30/11/2025	Todos os mutirões foram realizados.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Realizar Ação anual para cumprimento da META 10 CNJ – Justiça Estadual: Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.	Monitorar e realizar interlocução com os juízos para cumprimento da META 10 – CNJ.	Dar efetiva gestão da unidade judiciária com o devido acompanhamento mediante a aferição do atingimento da META 10, em cada unidade individualmente, garantindo, assim, a promoção dos direitos das crianças e adolescentes.	01/03/2025	31/12/2025	Ciclo Anual realizado.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Laboratório de Inovação	Executar o Programa "Diretor de Gabinete".	Criar Assistentes de IA focados em agilizar as atividades desempenhadas nos gabinetes.	Realização do Programa.	01/08/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Laboratório de Inovação	Executar o Programa "Verificação de Atos de Juizes Leigos".	Otimizar a conferência de projetos de sentenças de Juizes Leigos, por meio de IA.	Realização do Programa.	01/11/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Laboratório de Inovação	Executar o Programa "ELO".	Desenvolver ferramenta de IA Generativa para auxiliar nas diligências dos Oficiais de Justiça.	Realização do Programa.	01/10/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Laboratório de Inovação	Executar o Programa "Gestor de Secretarias".	Desenvolver ferramentas de IA generativa para os servidores das Secretarias Inteligentes, agilizando a análise de processos no PJE.	Realização do Programa.	01/09/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Executar o Programa/Política Antimanicomial.	Fortalecer a Política Antimanicomial (saúde mental).	Fortalecimento da Política, criação do Comitê Estadual de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA) e fechamento da UCTP (Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico).	01/03/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Executar o Programa "Centrais Integradas de Alternativas Penais do Estado do Espírito Santo (CIAPES)".	Realizar o Acolhimento e o atendimento das pessoas em cumprimento de alternativas penais após a realização das audiências de custódia, para acompanhamento do cumprimento das medidas cautelares. O trabalho envolve grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher; o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, e as ações de Justiça Restaurativa.	Inauguração das primeiras unidades com recursos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, os espaços vão funcionar nos municípios de Vitória e Viana.	21/08/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Audiências Concentradas".	Instituir a metodologia de realização de audiências concentradas socioeducativas, nos casos das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nas Varas da Infância e Juventude com competência para execução das medidas socioeducativas que impliquem em privação de liberdade.	Promover os princípios de brevidade, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, mínima intervenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.	01/06/2023	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Processos Internos	03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI.03.01 – Garantir efetividade na prestação jurisdicional	PI. 03.01.003 – Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	Executar o Programa "Monitoramento das inspeções judiciais nos meios fechado e aberto do sistema socioeducativo".	Dar efetividade à Resolução CNJ nº 77/2009.	Garantir o melhor interesse do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.	26/05/2009	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-



Macrodesafio 04 – Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Indicador

ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO

Índice que mede a proporção de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos de improbidade administrativa, corrupção e ilícitos eleitorais.

Obs: o resultado de 2025 foi calculado utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios Nacionais

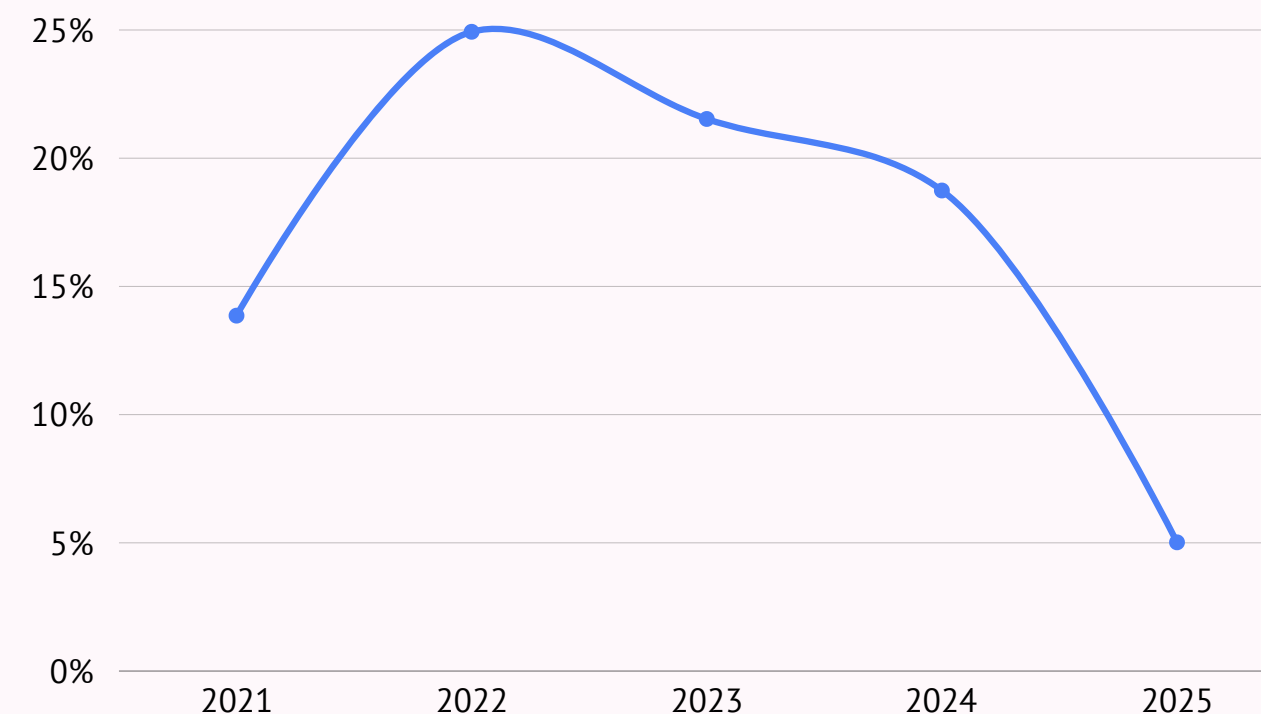
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico

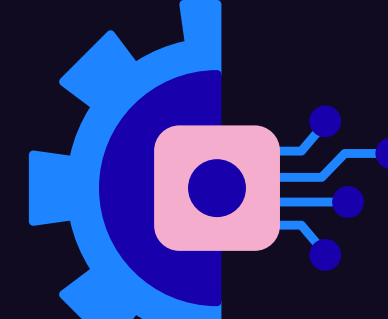
5,02%

Resultado 2025

5,02%



Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 04 – Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Indicador

TpCpICE - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS

Indica o tempo médio de duração dos processos pendentes de corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, contado da autuação até o último dia do ano-base.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ. Para aferição de 2025 foi utilizado do Painel de Estatísticas do Justiça em Números com filtragem de assunto pertinente ao tema

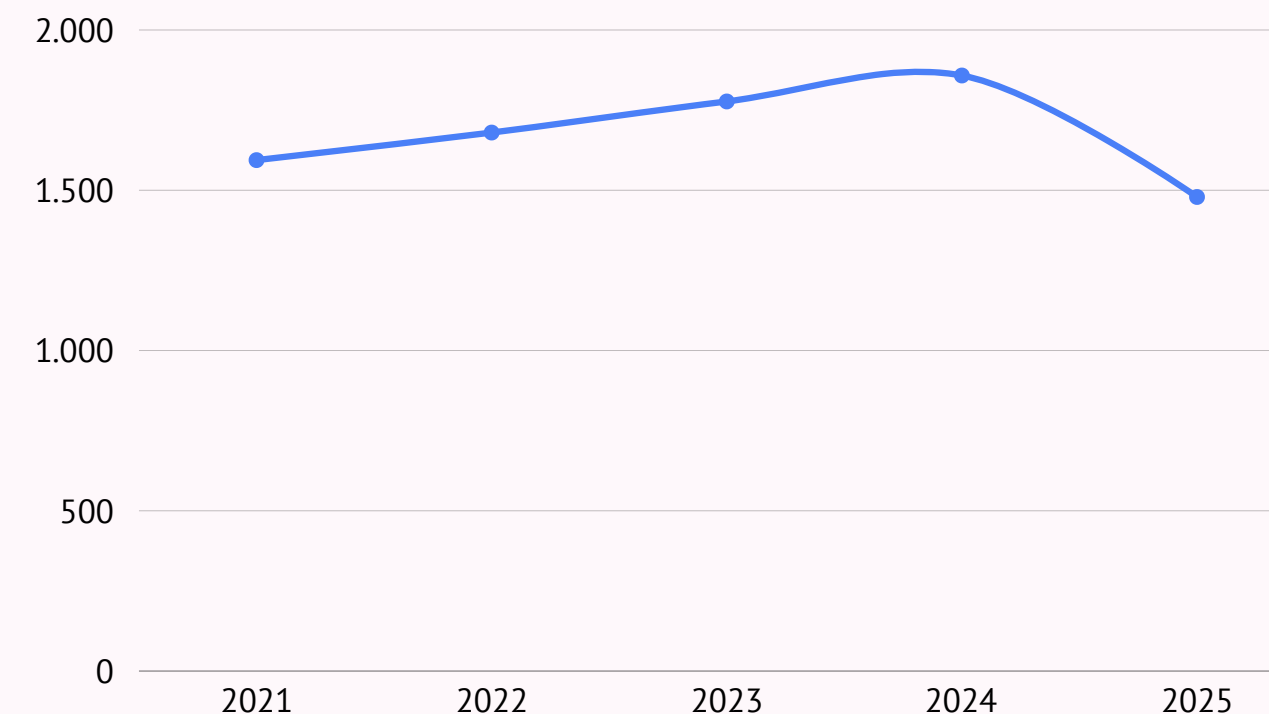
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico

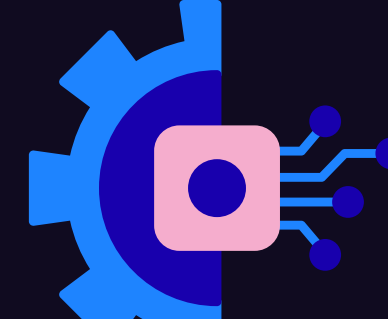
1479 dias

Resultado 2025

1479



Fonte: Painel de Estatística do Justiça em Números



Macrodesafio 04 – Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Indicador ÍNDICE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS BAIXADOS

Percentual de Processos Administrativos Disciplinares baixados em relação ao total em tramitação no período.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ. O indicador passa a vigorar dessa maneira em razão do Anexo Único da Resolução n. 463, de 06/06/2022. Por este motivo ele substitui o Indicador “TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES do texto original”

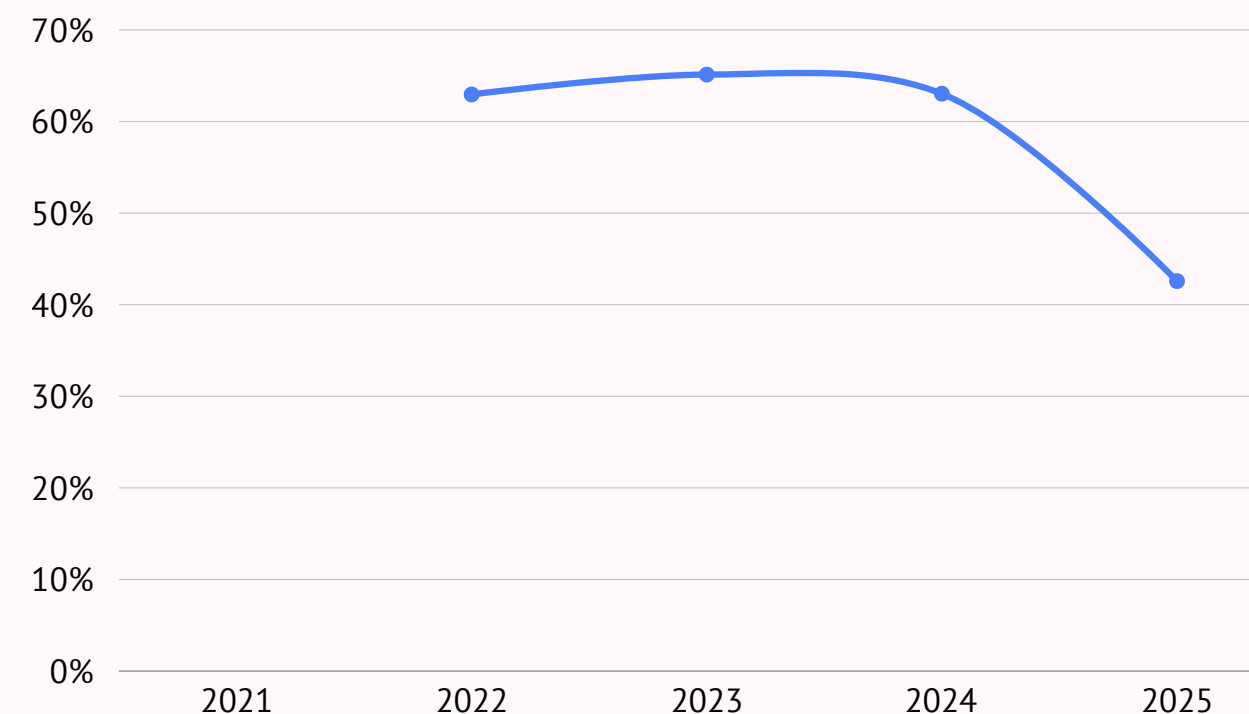
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico

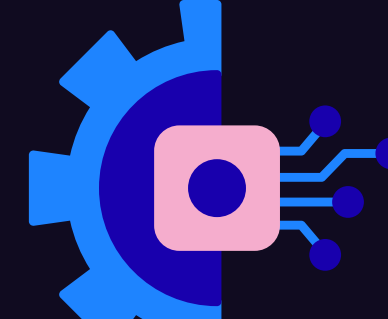
42,58%

Resultado 2025

42,58%



Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 04 – Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Objetivo Estratégico:

PI. 04.01 – Combater a corrupção e a improbidade administrativa

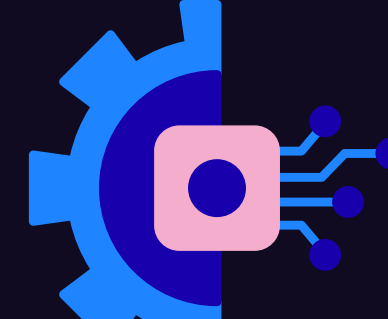
Iniciativas Estratégicas:

PI.04.01.001 – Impulsionar processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

Obs: Não há projetos e programas ligados à Iniciativa PI.04.01.001. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a esta Iniciativa.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025

Obs: Não há projetos e programas ligados à Iniciativa PI.04.01.001. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a esta Iniciativa.



Macrodesafio 05 – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Indicador

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

Percentual de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças proferidas, considerando todas as fases processuais e instâncias, nos termos da Resolução CNJ nº 76.

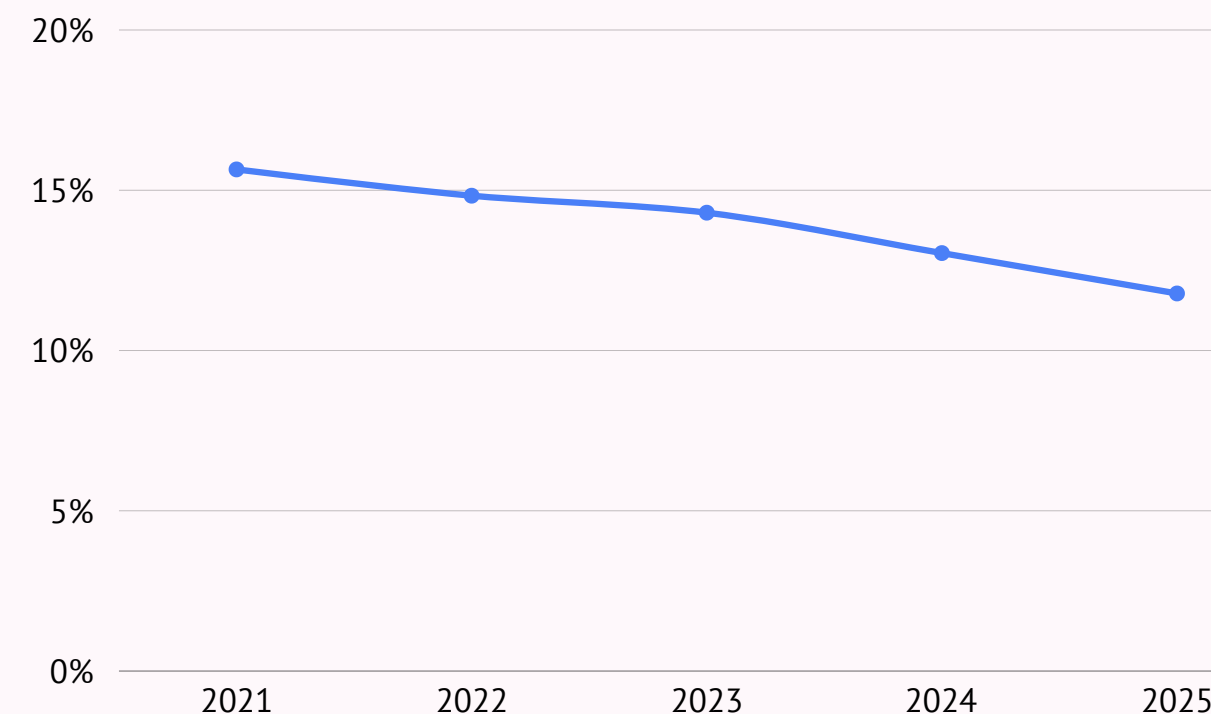
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 17% para o indicador Índice de Conciliação, de acordo com a Meta Nacional 03 estabelecida pelo CNJ para 2025

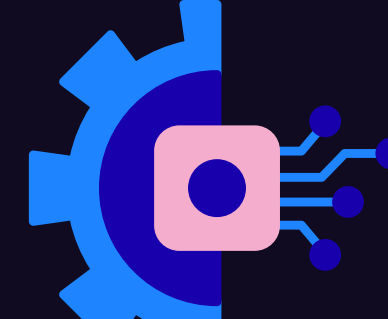
17%

Resultado 2025

11,78%



Fonte: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas>



Macrodesafio 05 – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Objetivo Estratégico:

PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos.

Iniciativas Estratégicas:

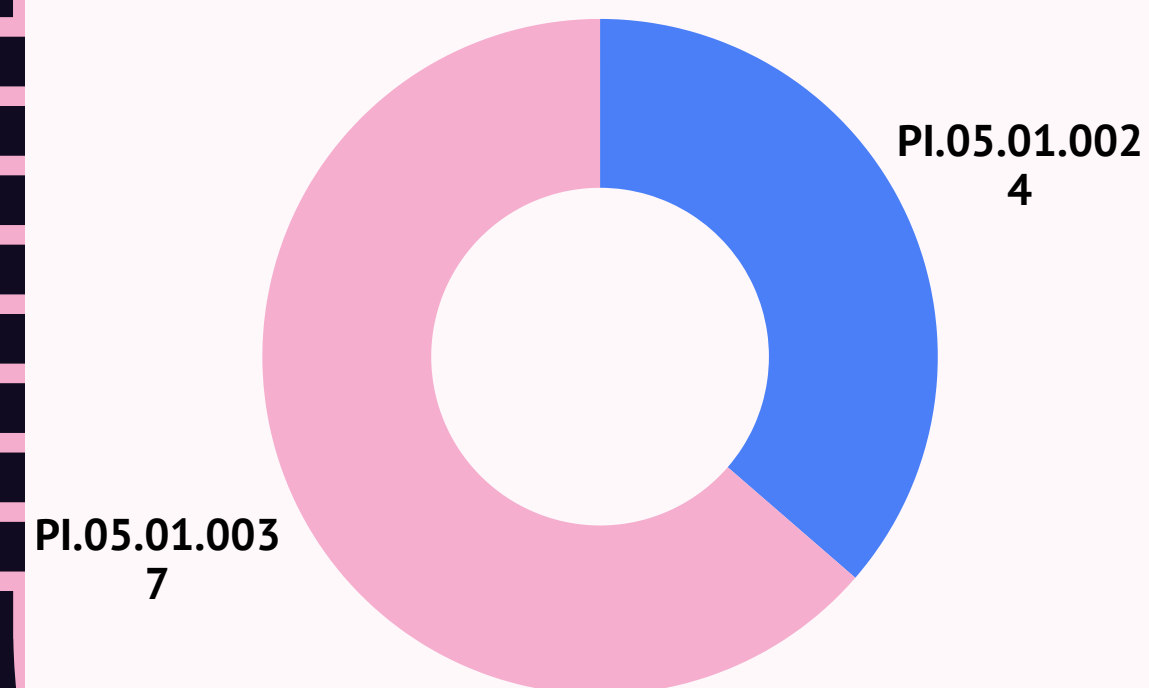
PI.05.01.001 – Desenvolver parcerias externas, objetivando a dinamização dos procedimentos de mediação e conciliação nas fases pré-processuais e processuais.

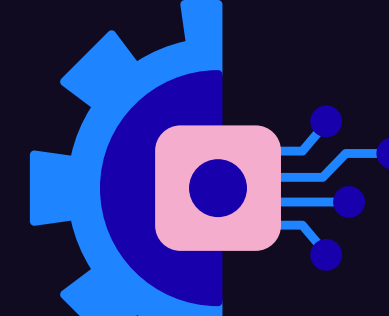
PI.05.01.002 – Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.

PI.05.01.003 – Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.

Obs: Não há projetos e programas ligados à Iniciativa PI.05.01.001. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a esta Iniciativa.

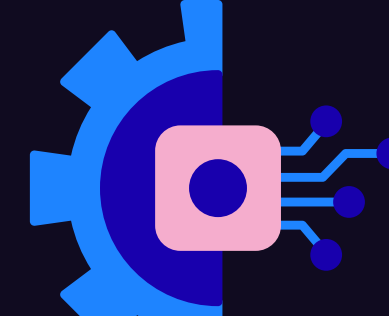
Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025





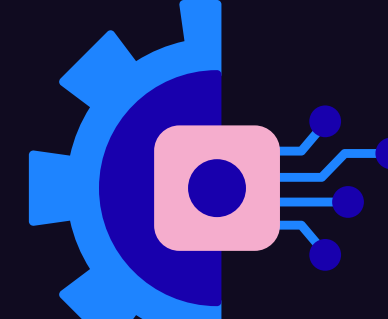
Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - PI.05.01.002 – Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.	NUPEMEC	Aderir a Projetos de Cidadania de Vitória e Serra.	Intensificar e diversificar o papel de cidadania dos Cejuscs.	Foi realizada divulgação do trabalho dos Cejuscs, captações de casos pré-processuais e promovidas sessões para buscar solução para processuais, sendo que expandimos de 06 (seis) eventos em 2024 e 15 (quinze) em 2025. Do total de eventos em 2025, 10 estão relacionados à Ação de Cidadania e 5 à Justiça Comunitária, totalizando 850 atendimentos, 250 sessões que resultaram 249 acordos (99% de eficácia) e R\$ 3 milhões em valores transacionados.	01/02/2024	19/12/2026	Serão intensificadas as ações de cidadania nos eventos ligados a saúde.	-
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.	NUPEMEC	Desenvolver a Cooperação Técnica com grandes litigantes, em parceria com Coordenadoria dos Juizados Especiais.	Desenvolver a Cooperação Técnica com grandes litigantes, em parceria com Coordenadoria dos Juizados Especiais.	Realizar eventos temáticos e pautas periódicas.	21/03/2024	01/11/2025	Serão realizadas novas cooperações com empresa de telefonia e instituição financeira.	-
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.	NUPEMEC	Realizar Sessões Assíncronas em Parceria com a Plataforma MOL.	Realizar pautas concentradas. Realizar pautas temáticas assíncronas, com a autorização do juiz titular, sem onerar o fluxo de trabalho de sua equipe.	Conciliação e mediação online; negociação assíncrona; intimação via whatsapp e e-mail. Estreitamento de parcerias com grandes litigantes.	01/10/2024	19/12/2026	Demais Unidades Judiciárias, além dos Cejuscs, iniciaram a utilização do sistema. Há programação para pautas concentradas com parceria firmada com grandes litigantes.	As remunerações dos mediadores e conciliadores são ações continuadas.
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.	NUPEMEC	Executar o Programa "Incentivo à Meta Nacional 3".	Auxiliar as unidades judiciárias, com a realização de audiências de conciliação em todo o ES.	Ofício circular a todas as Unidades Judiciárias do Estado, resultando em 41 solicitações de pauta concentrada. Em 2025, 39 unidades judiciárias foram atendidas. Durante os eventos, foram realizados cerca de 9.810 atendimentos e R\$ 14 milhões em acordos, realizando 2.267 sessões em todo o Estado, com média de 70% de acordos em família e 40% na área cível.	07/01/2025	19/12/2026	Em fevereiro de 2026 será enviado novo ofício circular.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - PI.05.01.003 – Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Reestruturar os Cejuscs.	Regionalizar os Cejuscs do Estado visando a otimização da estrutura administrativa e a distribuição de recursos humanos dos Cejuscs a fim de ampliar o acesso da população aos métodos autocompositivos.	Ampliação para atendimento nos 28 (vinte e oito) PIDs; Gestão das Pautas concentradas e atuação dos mediadores e conciliadores judiciais disponíveis; Redistribuição de força de trabalho.	18/08/2025	19/12/2026	Houve mudanças no escopo. Aguardando inserção completa dos Cejuscs no PJE e foi elaborada minuta de resolução unificando os Cejuscs, transformando-os em um único Cejusc Estadual e os Cejuscs hoje existentes se tornarão postos de atendimento.	-
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Instituir a Remuneração dos Servidores Efetivos do PJES como Mediadores e Conciliadores Judiciais.	Criar funções gratificadas de mediador e conciliador judicial.	Ampliação do número de sessões de mediação e conciliação no PJES.	15/03/2025	19/12/2026	Enviado projeto à Presidência tratando da situação.	-
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Estruturar Nupemec e Cejuscs.	Propor Alteração de Lei para estruturar o NUPEMEC e CEJUSCs do Estado (cumprimento integral das Resoluções do CNJ nº 125/10 e 219/16).	Elaborar estudo propondo transformar CEJUSC em Unidade Judiciária, aumentando o número de servidores e criando cargos de chefia e Assessoramento. Com a publicação da Res.083/24 de 19/07/24, parte do projeto foi atendido com a remuneração do magistrado, como Coordenador de Cejusc.	01/03/2024	19/12/2025	Após publicação da resolução, o projeto deverá ser revisto para que a estruturação seja mais enxuta, visando atender o Nupemec, o Cejusc Estadual e os Postos de Cidadania e Solução de Conflitos, incluindo a Justiça Restaurativa nesta Seção da Lei 566.	Projeto Atrasado.
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Relizar o 2º Processo Seletivo para vagas de Mediadores e Conciliadores Judiciais.	Designar mediadores e conciliadores judiciais externos.	Fortalecer a política pública com o objetivo de manter a qualidade e continuidade do serviço prestado por profissionais sem vínculo com o Poder Judiciário do ES. 17 candidatas figuram na lista de remunerados.	30/06/2024	28/03/2025	Realizado (vigência de 2 anos).	-
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Realizar o 3º Processo Seletivo para vagas de Mediadores e Conciliadores Judiciais.	Designar mediadores e conciliadores judiciais externos.	Fortalecer a política pública com o objetivo de manter a qualidade e continuidade do serviço prestado por profissionais sem vínculo com o Poder Judiciário do ES. 38 candidatas figuram na lista de remunerados.	13/06/2025	09/12/2025	Realizado (vigência de 2 anos).	-
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Ampliar a atuação do Tema "Saúde" no Cejusc Unificado.	Atender a Grande Vitória com foco em fornecimento de medicamentos, serviços e insumos correlato no âmbito da assistência básica de saúde.	Parceria com Comitê Estadual do Espírito Santo, Fórum Nacional da Saúde e do Conselho Nacional de Justiça. Atendimento pré-processual ao cidadão para solicitação de medicamentos e fraldas, evitando a judicialização e o pronto atendimento ao cidadão da região da Grande Vitória/ Firmado convênio com Município de Vila Velha em junho 2024.	02/03/2024	01/04/2026	Não houve mudanças no escopo.	Cejusc Saúde instalado através do Ato Normativo nº 128/25 de 21/06/2024.
Processos Internos	05 – Prevenção de litígios e soluções consensuais	PI.05.01 – Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	NUPEMEC	Relizar Curso de formação e aperfeiçoamento de instrutores em mediação e conciliação judiciais.	Formar novos instrutores e recertificar instrutores já formados, conforme regras do CNJ.	Etapa teórica realizada de 26 a 30/08/24, com devolutiva das instrutoras aos participantes e etapa prática para os alunos em formação; deverá ser finalizada em 2(dois) anos.	26/08/2024	30/08/2026	10 instrutores recertificados e 6 instrutores ministrando curso necessário à formação. Em março 2026 iniciará último curso para formar mais 3 instrutores.	-



Macrodesafio 06 – Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.

Indicador

Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese

Indica o tempo entre o julgamento definitivo do precedente e o julgamento dos processos suspensos a ele vinculados, em relação ao total de processos sobrestados posteriormente decididos.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ, sem aferição para o ano de 2025 até o momento.

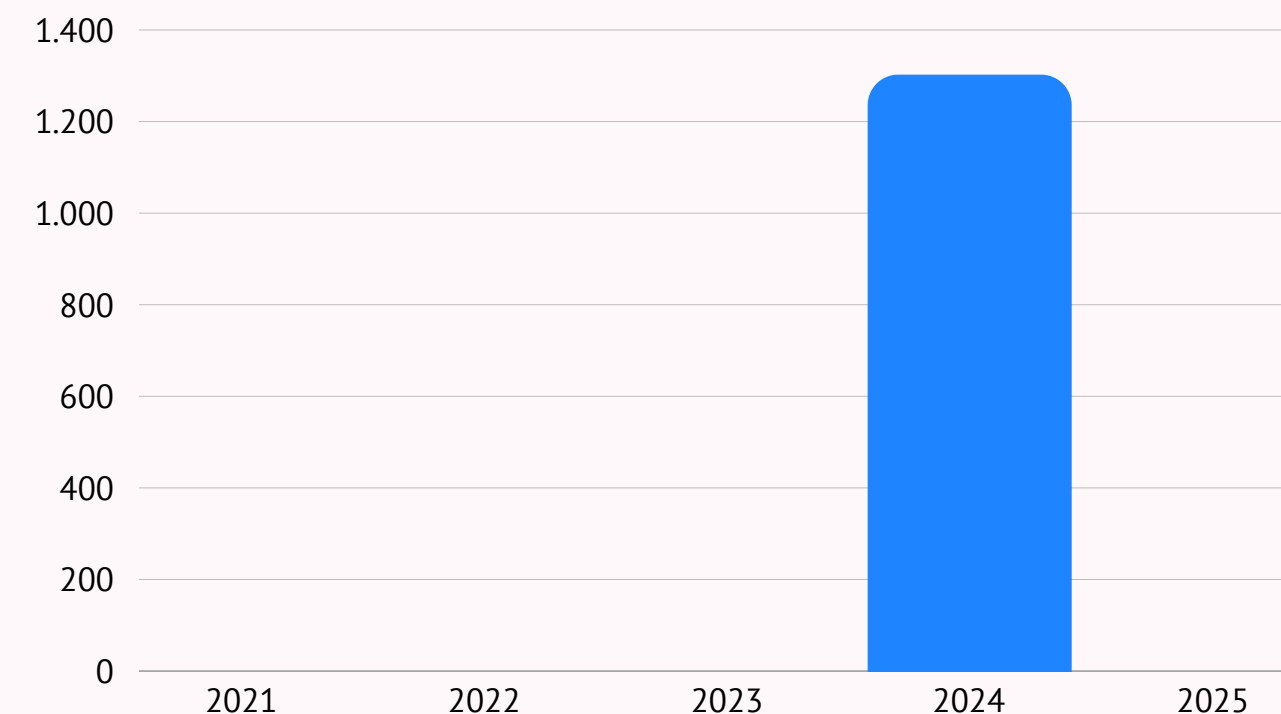
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

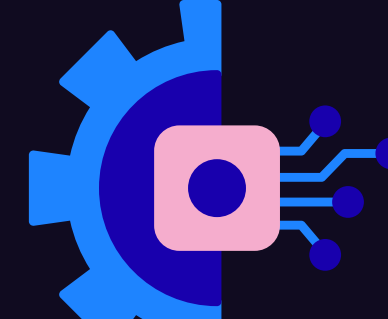
1302,5 dias

Resultado 2025

Sem Aferição



Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 06 – Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.

Indicador

Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)

Indica o tempo entre a admissão do IRDR e a publicação do acórdão de mérito, considerando os incidentes com decisão publicada no ano.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ, sem aferição para o ano de 2025 até o momento.

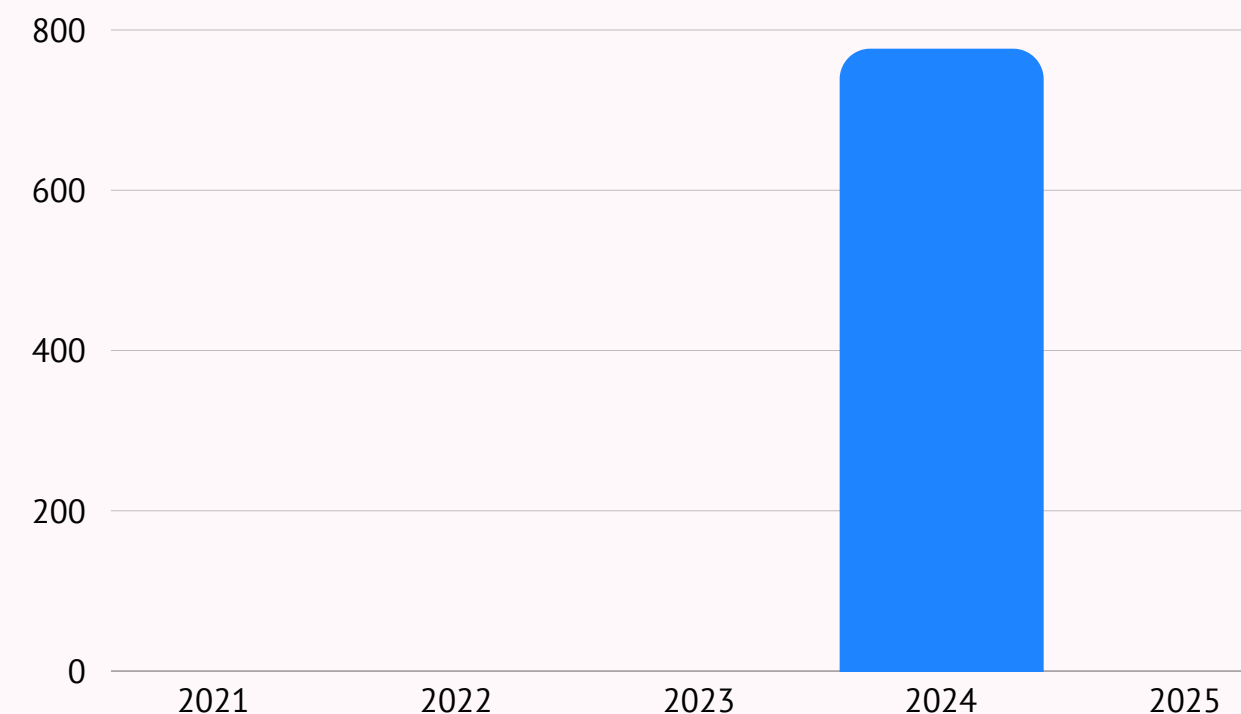
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

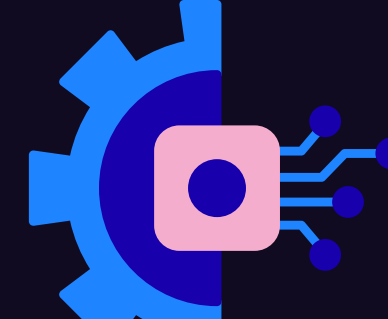
776,67 dias

Resultado 2025

Sem Aferição



Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 06 – Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.

Indicador

Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)

Indica o tempo entre a admissão do IAC e a publicação do acórdão de mérito, considerando os incidentes com decisão publicada no ano.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ, sem aferição para o ano de 2025 até o momento.

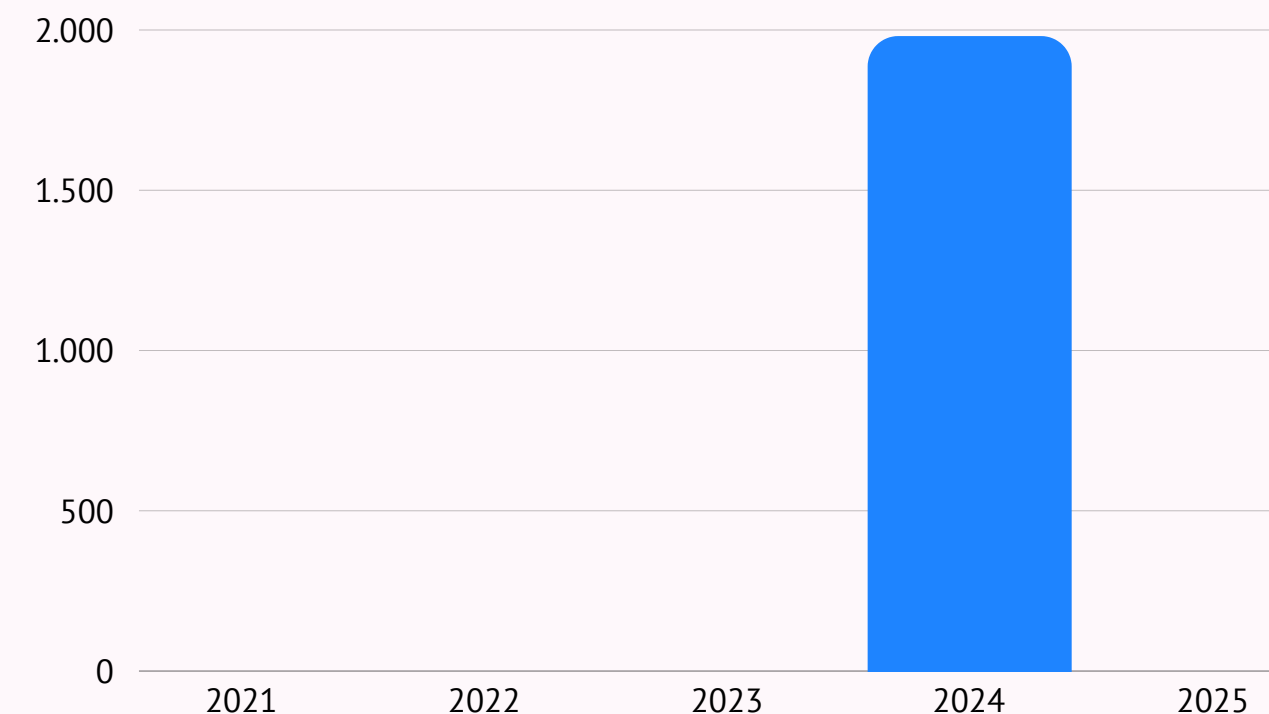
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

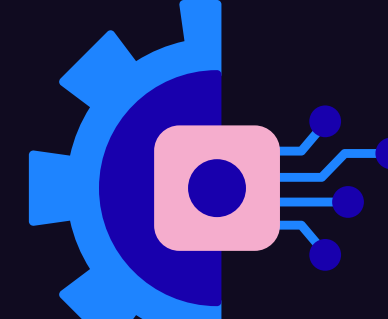
1981 dias

Resultado 2025

Sem Aferição



Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 06 – Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.

Objetivo Estratégico:

PI.06.01 – Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios.

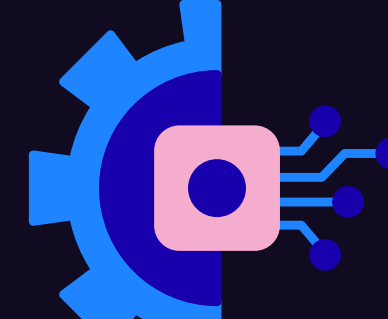
Iniciativas Estratégicas:

PI.06.01.001 – Implantar e Manter os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios.

Obs: Não há projetos e programas ligados à Iniciativa PI.06.01.001. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a esta Iniciativa.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025

Obs: Não há projetos e programas ligados à Iniciativa PI.06.01.001. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a esta Iniciativa.



Macrodesafio 07 – Promoção da Sustentabilidade.

Indicador

ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE - IDS

Indicador consolidado, composto por diversos índices calculados a partir dos dados da Resolução CNJ nº 400/2021, com metodologia e resultados divulgados anualmente no Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ, sem aferição para o ano de 2025 até o momento.

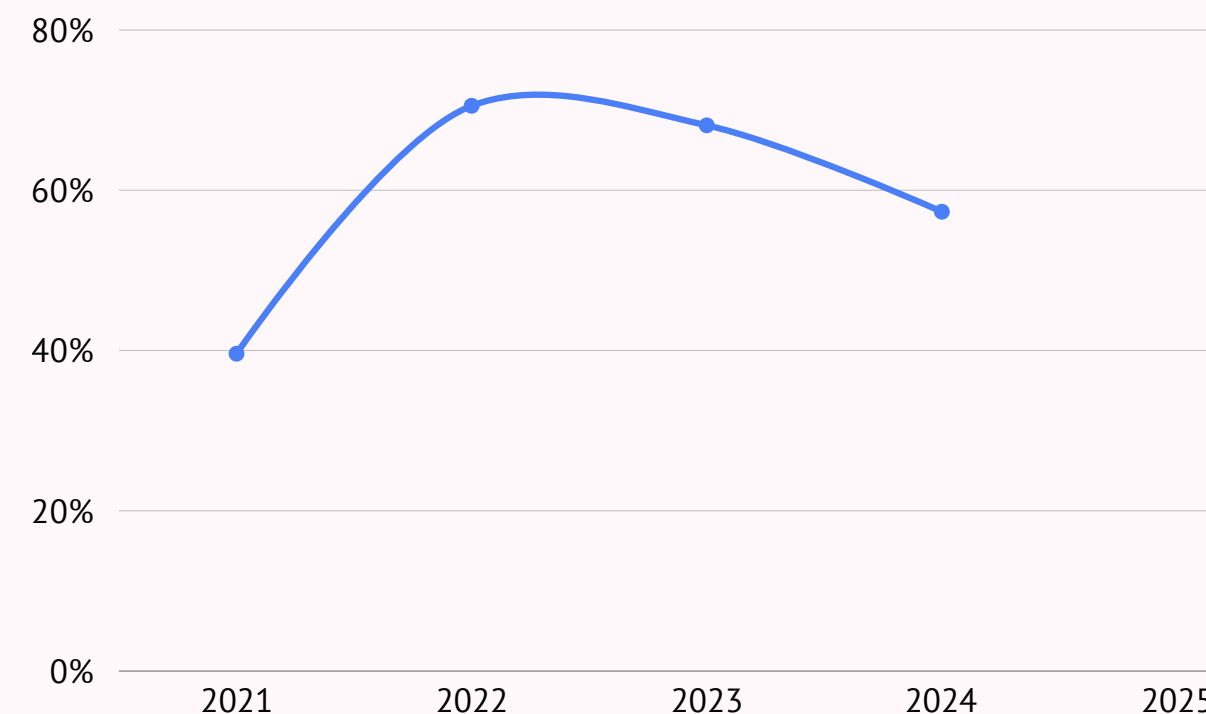
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 80%, em consonância com o Prêmio CNJ de Qualidade e sua maior faixa de pontuação para o mesmo quesito.

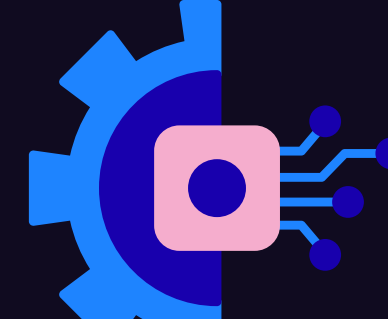
80%

Resultado 2025

Sem Aferição



Fonte: 9º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário



Macrodesafio 07 – Promoção da Sustentabilidade.

Objetivo Estratégico:

PI.07.01 – Promover a sustentabilidade.

Iniciativas Estratégicas:

PI. 07.01.001 – Elaborar novo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJES).

PI.07.01.002 – Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS.

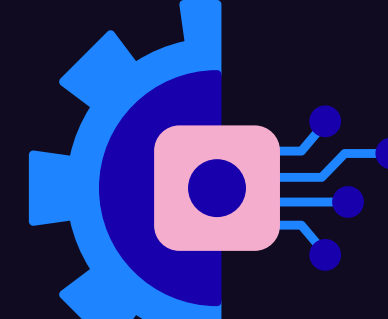
PI. 07.01.003 – Instituir Política de Responsabilidade Social do PJES.

Obs: Não há projetos e programas ligados às Iniciativas PI.07.01.001 e PI.07.01.003. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a estas Iniciativas.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025



PI.07.01.002
1



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - PI.07.01.002 – Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Processos Internos	07 – Promoção da Sustentabilidade	PI.07.01 – Promover a sustentabilidade	PI.07.01.002 — Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS.	Comissão Gestora do PLS - Sustentabilidade	Instalar Máquinas Retorna Machine.	Coletar embalagens pós consumo (plástico, vidro, alumínio, aço e embalagens longa vida) em troca de pontos de benefícios.	Instalar Máquinas em outros Fóruns e Prédios do PJES.	28/08/2024	31/12/2026	Em execução.	Máquinas instaladas no prédio Sede do TJES, Fórum da comarca de Vila Velha e Fórum da Comarca da Serra.

Aprendizado e Crescimento



Macrodesafio 08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

Indicador

TAXA DE ENCARCERAMENTO

Indica a quantidade de presos provisórios e condenados para cada 100 mil habitantes.

OBS: Indicador medido exclusivamente pelo CNJ em 2021 e 2022. A aferição do resultado de 2025 foi feita pelo TJES com base no Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

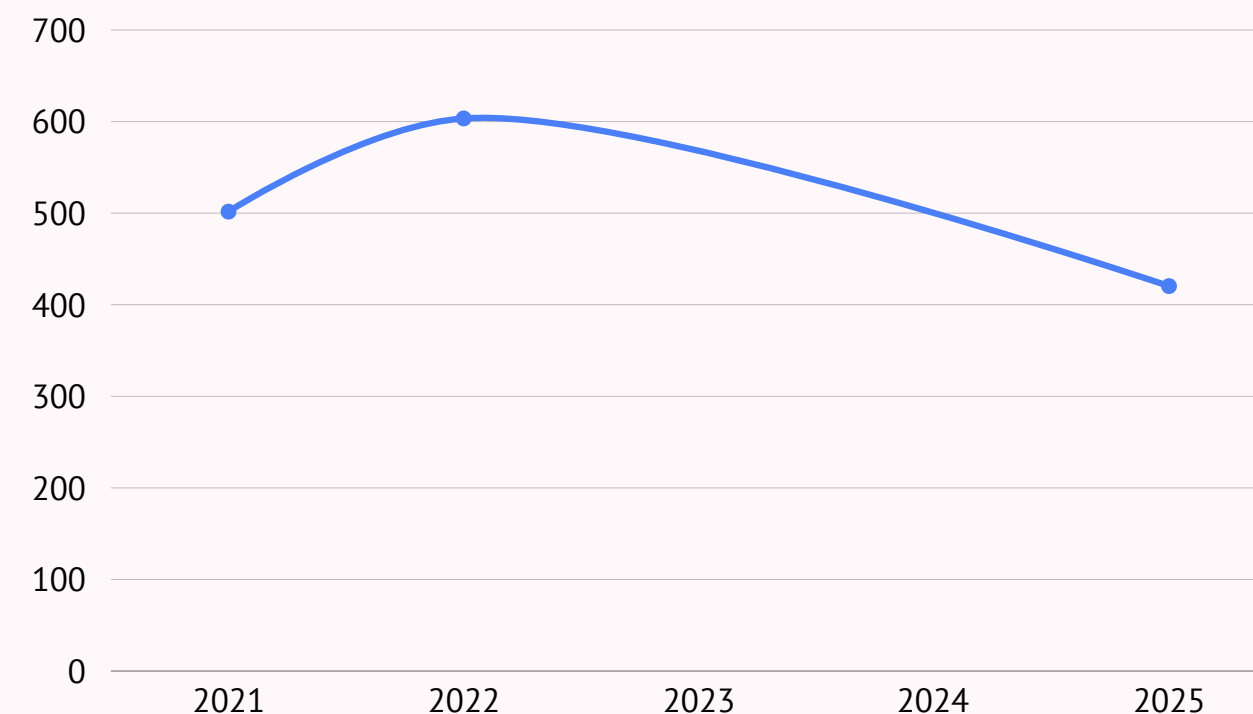
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

420,34 a cada 100 mil habitantes

Resultado 2025

420



Fonte 2021 e 2022: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

Indicador

TpCpCCrim – TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO

Indica o tempo de duração dos processos criminais pendentes, contado da autuação ou recebimento até o último dia do ano-base.

OBS: Foi utilizado o Painel Estatístico do Justiça em Números, disponibilizado pelo CNJ, com filtros de Natureza “Conhecimento Criminal”.

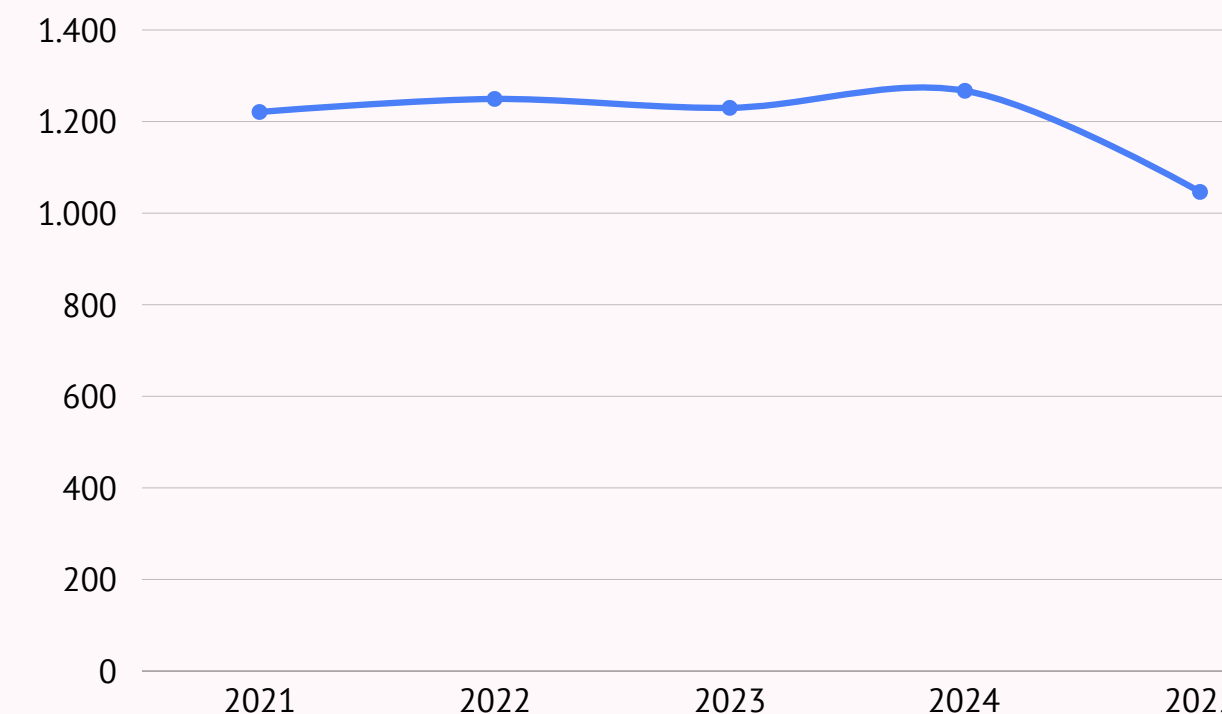
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 700 dias, em consonância com o Prêmio CNJ de Qualidade e sua maior faixa de pontuação para o mesmo quesito.

700 dias

Resultado 2025

1046



Fonte: Painel estatístico - Justiça em Números - CNJ



Macrodesafio 08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

Indicador

TpDecPen - TEMPO MÉDIO DAS DECISÕES EM EXECUÇÃO PENAL

Tempo médio entre a instauração do incidente na execução e seu julgamento.

OBS: Indicador de aferição exclusiva do CNJ, não havendo aferição para o indicador no sexênio de 2021-2026. Por este motivo o TJES utilizou o Painel de Estatísticas do Justiça em Número para aferir o Tempo da Primeira decisão para o processos de Natureza “Execução Penal não privativa de liberdade” e “Execução Penal privativa de liberdade”

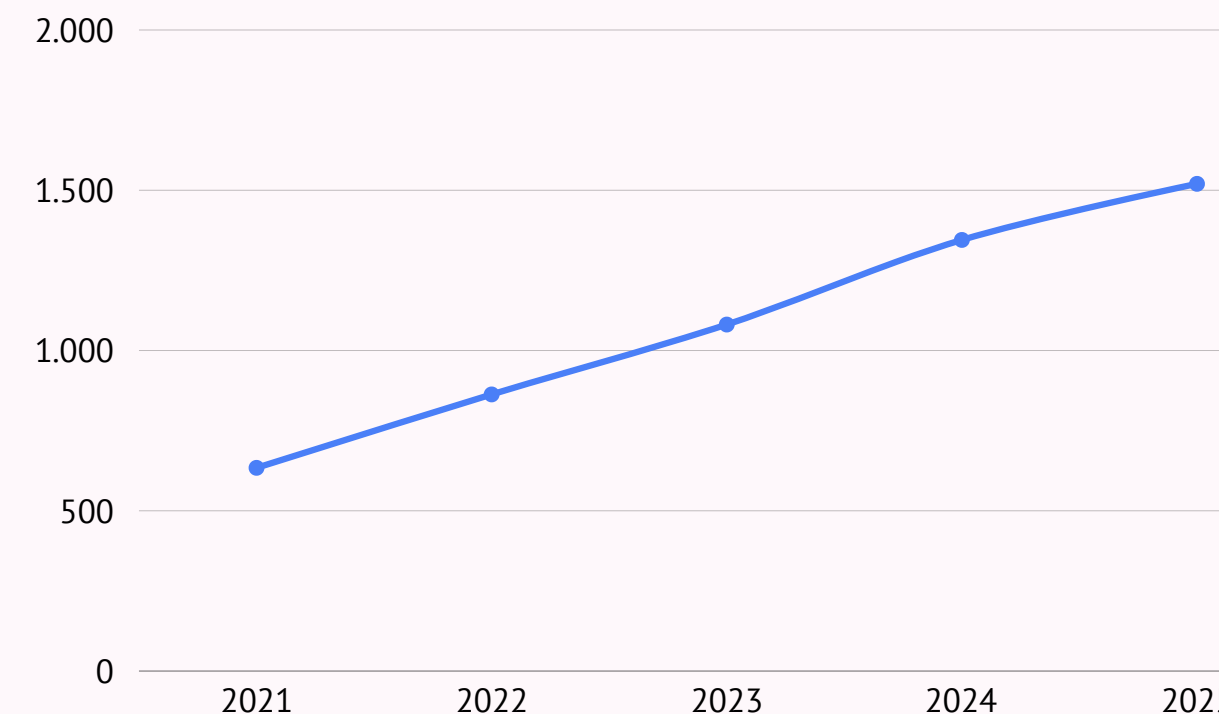
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

1520 dias

Resultado 2025

1520



Fonte: Painel estatístico - Justiça em Números - CNJ



Macrodesafio 08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Objetivo Estratégico:

AC.08.01 – Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal.

Iniciativas Estratégicas:

AC.08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal.

Quantidade de
Projetos/Programas por Iniciativa
- 2025



AC.08.01.001

4



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Program a (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	AC.08.01 – Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal	AC.08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal	Corregedoria Geral de Justiça	Desenvolver o SIGEX - Módulos CID - Sistema de Gestão das Serventias Extrajudiciais do PJES.	Desenvolver e Implementar Novos Módulos para a Gestão das Serventias Extrajudiciais (correição, inspeção e suscitação de dúvidas). Aprimorar a supervisão, eficiência e conformidade legal das serventias extrajudiciais.	Implementação de novos módulos: modernização tecnológica, capacitação de RH e participação em prêmios de inovação.	19/11/2024	19/03/2027	Solução em andamento.	-
Aprendizado e Crescimento	08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	AC.08.01 – Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal	AC.08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Executar o Plano "Pena Justa".	Superar o "estado de coisas inconstitucional" do sistema prisional (resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347).	Elaboração do Plano Estadual e cumprimento do plano por 03 (três) anos.	01/02/2025	01/12/2028	O Plano Estadual já foi entregue, homologado e começará a ser executado no início de 2026.	-
Aprendizado e Crescimento	08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	AC.08.01 – Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal	AC.08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Executar o Programa "Escritório Social".	Centralizar em um único local diversos atendimentos de suporte para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. O principal objetivo é facilitar o acesso a serviços especializados em áreas fundamentais como saúde, atendimento psicossocial, além de qualificação e encaminhamento profissional, reduzindo assim, a reincidência criminal.	Fortalecimento da Política Penal e ampliação do projeto, inaugurando mais escritórios sociais no Estado.	01/04/2016	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-
Aprendizado e Crescimento	08 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	AC.08.01 – Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal	AC.08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	Executar o Programa "Identificação Civil".	Coletar dados biométricos de pessoas que passam pela audiência de custódia para identificação civil.	Implantação do sistema nos Núcleos de Audiências de custódia.	01/10/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente. Já implantado nos núcleos de custódia de Cariacica e Colatina e em todas as Comarcas que realizam plantão.	-



Macrodesafio 09 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária

Indicador

ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS "GOVERNANÇA" E "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO"

Percentual da pontuação obtida nos eixos Governança e Dados e Tecnologia do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação ao total de pontos previstos para esses eixos.

OBS: Indicador calculado diretamente pelo TJES com os resultado do Prêmio CNJ de Qualidade

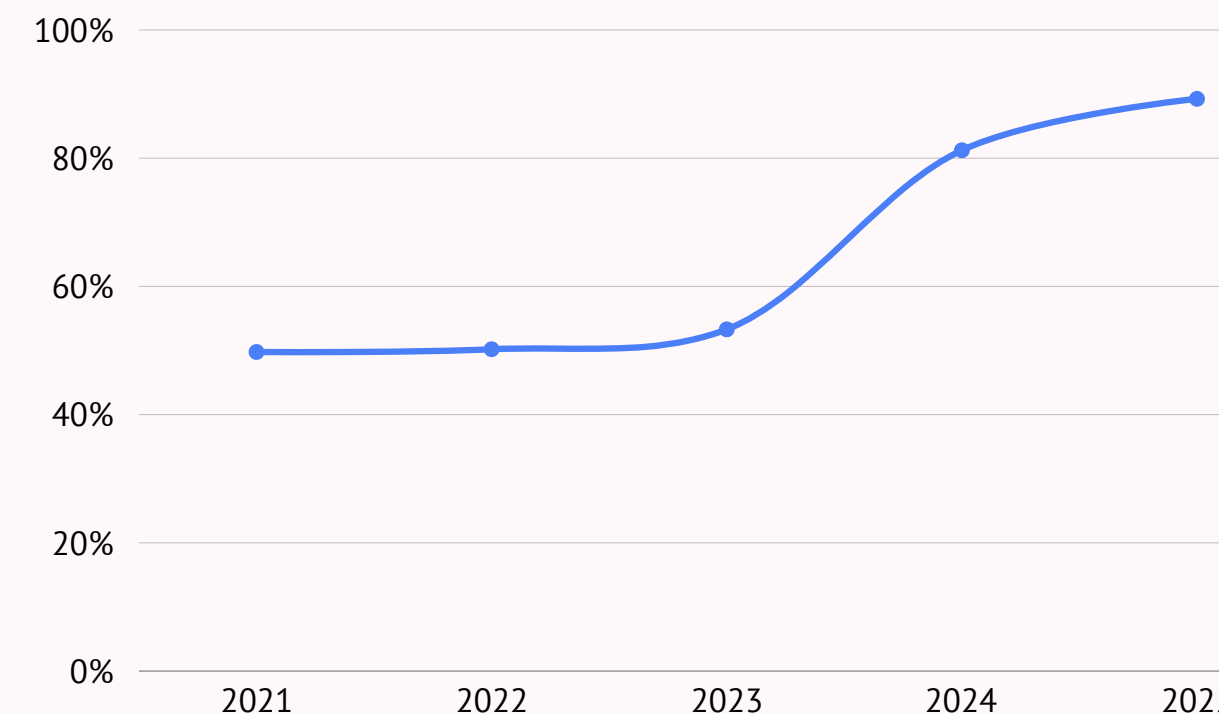
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 85% em consonância com o Prêmio CNJ de Qualidade e os resultados anteriores do TJES nos quesitos avaliados

85%

Resultado 2025

89,26%



Fonte: Página do Prêmio CNJ de Qualidade e consulta de resultados



Macrodesafio 09 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária

Objetivo Estratégico:

AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional.

Iniciativas Estratégicas:

AC.09.01.001 – Avaliar e contribuir com o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança da Gestão Administrativa do PJES.

AC.09.01.002 – Aperfeiçoar a Gestão Administrativa.

AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

Obs: Não há projetos e programas ligados às Iniciativas AC.09.01.001 e AC.09.01.002. Por este motivo, não serão apresentados projetos para 2025 ligados a estas Iniciativas.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025



AC.09.01.003
15



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Contratar Serviços de Recepção e Atendimento.	Compor quadro de pessoas para prestação de serviços de recepção e atendimento no Poder Judiciário, por meio de mão de obra terceirizada.	Atendimento eficiente, cordial e seguro a todos os usuários do Poder Judiciário. Registro adequado de fluxos de visitantes e comunicações internas. Garantia de dedicação exclusiva de mão de obra, assegurando continuidade, qualidade e padronização dos serviços prestados.	20/05/2025	20/05/2026	Não haverá prorrogação deste contrato, visto que já está em andamento nova contratação com quantidade maior de funcionários.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Equipar o PJES com Mobiliários sob Medida.	Atender as necessidades de fornecimento e instalação de mobiliário sob medida.	Móveis sob medida para atender as necessidades do Edifício Sede do Tribunal de Justiça.	26/09/2025	25/03/2026	O Contrato de marcenaria contempla a fabricação dos móveis e depois disso a instalação dos mesmos.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Equipar o PJES com Divisória, Piso e Forro.	Atender as necessidades de fornecimento e instalação de divisórias, forro de fibra mineral, drywall e piso vinílico.	Fornecimento e instalação de divisórias, forro de fibra mineral, drywall e piso vinílico, conforme demanda.	12/10/2023 06/11/2025	10/10/2025 05/11/2026	A primeira ATA ainda tem contratos em Execução, inclusive os empenhos em 2025 são relacionadas a essa primeira ATA.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Climatizar o Pleno e a Biblioteca do TJ e a Central Multidisciplinar do Fórum de Vila Velha.	Adequar aos novos layouts o sistema de climatização do Salão Pleno, Biblioteca e Mini auditório localizados no prédio Sede do TJES e do Fórum de Boa Vista.	Fornecimento e instalação de equipamentos no salão pleno, biblioteca e miniauditório do TJES e sua manutenção por 1 (um) ano. Fornecimento e instalação de equipamentos, da nova linha de climatização e das válvulas de serviço no sistema de climatização do Fórum de Boa vista e sua manutenção por 1 (um) ano.	12/08/2024	01/01/2027	Tanto a Climatização no TJ quanto a Climatização em Boa Vista estão em fase final de instalação, indo para segundo momento do contrato que é o de manutenção dos equipamentos	Neste contrato está contemplada a execução dos sistemas de climatização e também a manutenção dos sistemas instalados, pelo prazo de 1 ano.
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Garantir a Segurança do Muro do Fórum Comarca de Guarapari.	Elaborar laudo técnico, projeto executivo de contenção de talude dos fundos e lateral do terreno, e planilha orçamentária do Fórum da comarca de Guarapari.	Projetos e planilhas referentes a contenção de talude no Forum de Guarapari.	09/12/2024	03/02/2026	O Contrato foi encerrado em 07/05/2025, pois a empresa alegou impossibilidade de execução contratual por questões financeiras.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Elaborar Projetos e Fiscalizar Obras (CBR).	Elaborar projetos de engenharia e arquitetura (um ou mais projetos concomitantes, de uma ou mais disciplinas).	Elaboração de projetos de arquitetura e complementares.	16/01/2025	15/01/2027	Foram feitas reuniões e apontamentos para alinhamento com a empresa visando o recebimento de produtos de qualidade e integralidade de acordo com as definições contratuais.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Reformar o Salão Pleno.	Executar projetos e Realizar obra de reforma completa do salão do Tribunal Pleno, incluindo o fornecimento e instalação de equipamentos de automação e multimídia, treinamento e prestação de serviços de manutenção.	Projetos e obra de reforma do Salão do Pleno em toda a sua parte civil, além da implementação de equipamentos multimídias.	17/12/2024	30/03/2026	Os Projetos foram entregues e a obra recebida (fase de ajustes e complementações).	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Garantir o Fornecimento e a Instalação de Aparelhos de Ar Condicionado Split para todo Estado.	Fornecer e Instalar aparelhos de ar condicionado do tipo split, sob demanda, para as edificações do Poder Judiciário do Espírito Santo.	Fornecimento e instalação de ar condicionado do tipo split.	15/04/2025	14/04/2026	Serão emitidas novas ordens de serviço para fornecimento e instalação de aparelhos do tipo split já no início de 2026.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Engenharia	Devolver o Edifício Jerônimo Monteiro (imóvel) à União.	Devolver o imóvel Ed. Jerônimo Monteiro, até então cedido pela SPU ao Tribunal de Justiça.	Devolução Imóvel Ed. Jerônimo Monteiro.	07/11/2024	27/08/2025	Devolução da Edificação foi oficializada.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Infraestrutura	Adquirir Veículo.	Adquirir 01 (um) veículo do tipo caminhão leve.	Entrega do Caminhão.	16/12/2024	28/03/2025	Objeto entregue.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Secretaria de Infraestrutura	Adquirir Veículo.	Adquirir 05 (cinco) veículos blindados novos (zero quilometro), modelo sedan médio, para atender as necessidades de segurança da Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Entrega dos veículos.	03/10/2023	30/04/2026	A empresa contratada solicitou prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista que a fábrica dos veículos foi destruída por um ciclone, parando a produção de 100% da frota.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Assessoria de Segurança Institucional	Adquirir Sistema de Videowall.	Aprimorar a comunicação, a eficiência e a qualidade das apresentações e deliberações realizadas.	Aquisição do sistema.	25/03/2025	31/12/2025	Projeto finalizado após recebimento dos equipamentos.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Assessoria de Segurança Institucional	Expandir o Sistema de Monitoramento por Câmeras.	Elaborar projetos executivos de sistema de videomonitoramento (CFTV) para os prédios do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Elaboração dos projetos.	07/07/2025	01/06/2026	Projeto em execução, parte dos serviços foi realizada em 2025, mas parte será executada em 2026.	Atualmente apenas parte das unidades jurisdicionais e administrativas conta com sistemas de câmeras instalados, sendo que, mesmo entre os prédios contemplados, há limitações significativas na cobertura, com ocorrência de áreas não monitoradas (pontos cegos), o que compromete a efetividade da segurança patrimonial e pessoal.
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Assessoria de Segurança Institucional	Adquirir Equipamentos de Sinalização e Segurança.	Adquirir equipamentos de sinalização para uso nos estacionamentos dos prédios do PJES, com o objetivo de promover a organização do fluxo de veículos e pedestres, garantir a segurança nas áreas comuns e atender às normas de acessibilidade e segurança do trabalho. Os equipamentos serão utilizados para demarcação de áreas específicas, controle de acesso, orientação de circulação interna e sinalização de locais temporariamente interditados, contribuindo para a prevenção de acidentes e o ordenamento do espaço.	Entrega dos equipamentos.	08/04/2025	31/12/2025	Projeto finalizado após recebimento dos equipamentos.	-
Aprendizado e Crescimento	09 – Governança Judiciária e Gestão Administrativa	AC.09.01 – Fortalecer a governança institucional	AC.09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Assessoria de Segurança Institucional	Adquirir Insumos para Confecção de Cartões do Programa e-crachá.	Fornecer crachás para todos os funcionários do PJES: magistrados, servidores e estagiários. Garantindo assim que todos aqueles que trabalham nas unidades jurisdicionais portarão seu crachá de identificação.	Entrega dos equipamentos.	01/04/2025	31/12/2025	Projeto finalizado após recebimento dos materiais.	-



Macrodesafio 10 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicador

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA

Mede o percentual de magistrados e servidores afastados do trabalho por motivo de doença própria.

OBS: Calculado pelo CNJ com o envio de formulário eletrônicos. O resultado de 2025 foi calculado diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

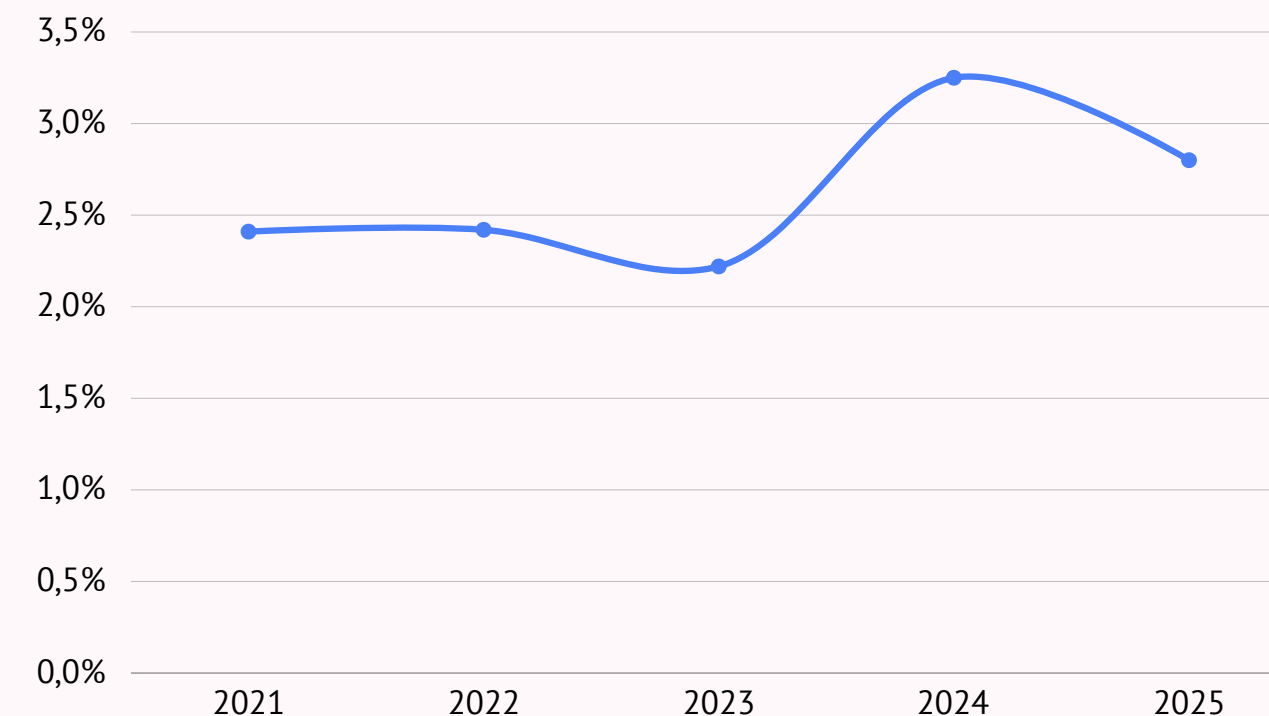
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

2,80%

Resultado 2025

2,80%



Fonte 2021-2024: Painel de Monitoramento dos Indicadores da Estratégia Nacional



Macrodesafio 10 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicador

PROV – PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Percentual da força de trabalho que participou de ações de qualidade de vida no trabalho.

OBS: Calculado pelo CNJ com o envio de formulário eletrônicos do PLS-Jud. O resultado de 2025 foi calculado diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

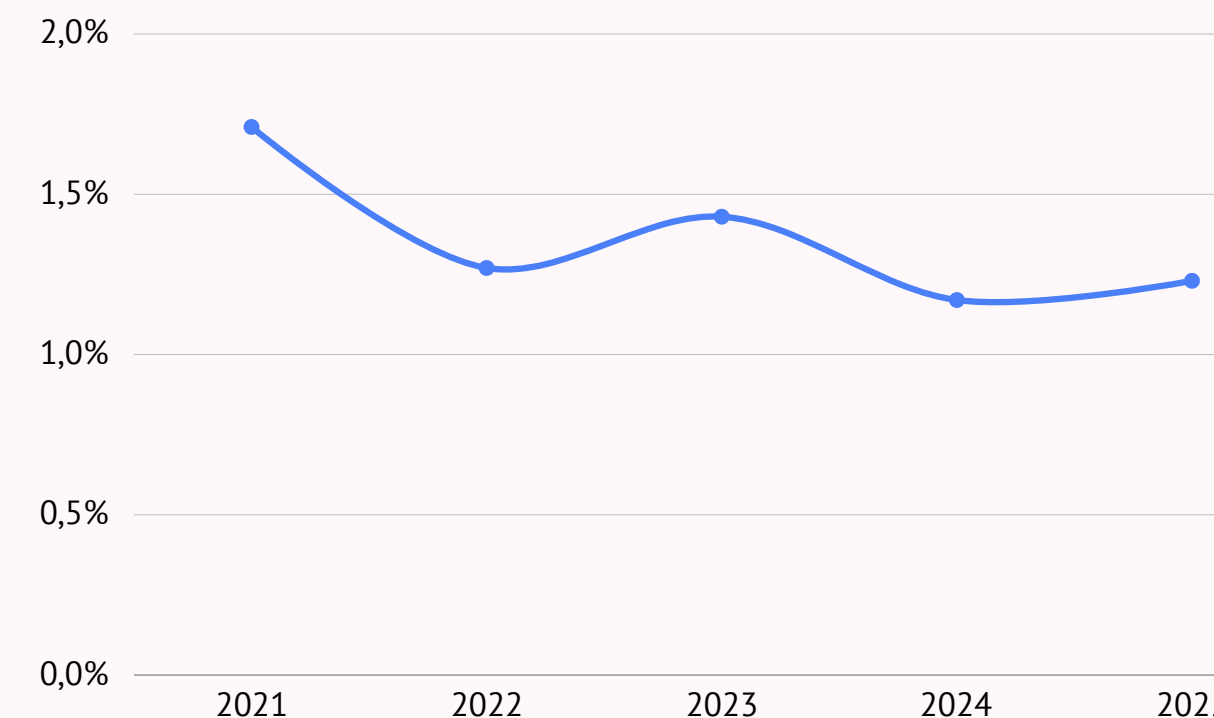
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

1,23%

Resultado 2025

1,23%



Fonte: Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário



Macrodesafio 10 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicador

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Percentual de magistrados que concluíram ao menos um curso de capacitação em relação ao total de magistrados.

OBS: Calculado pelo CNJ com o envio de formulário eletrônicos. O resultado de 2025 foi calculado diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

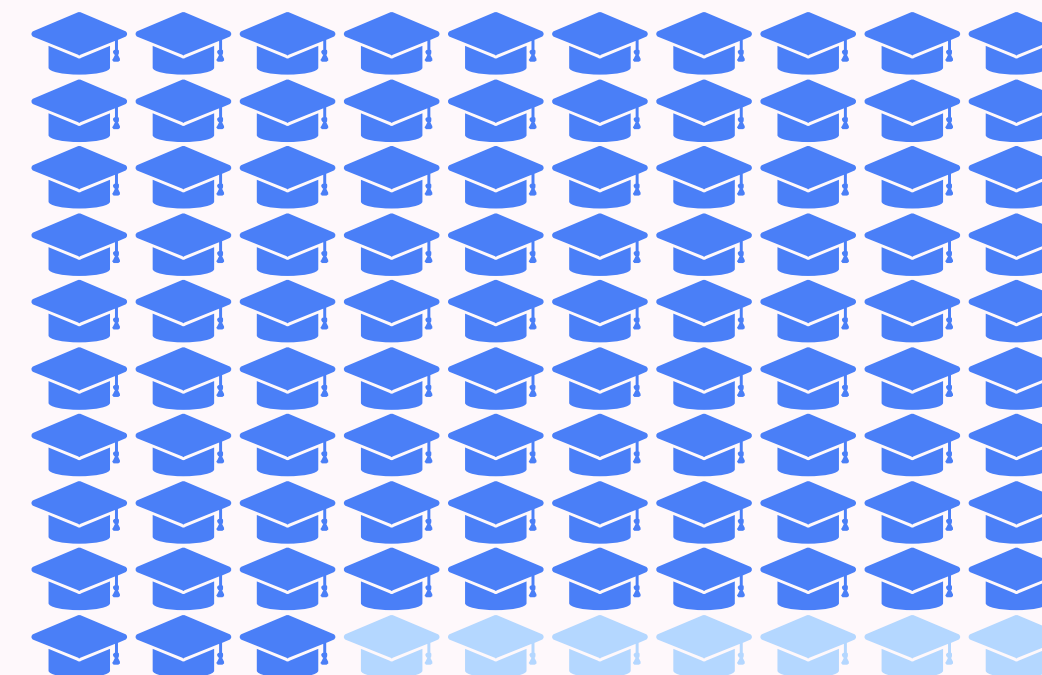
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

50%

Resultado 2025

93,80%



Fonte: Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário



Macrodesafio 10 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicador

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Percentual da força de trabalho que participou de ações de qualidade de vida no trabalho.

OBS: Calculado pelo CNJ com o envio de formulário eletrônicos do PLS-Jud. O resultado de 2025 foi calculado diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

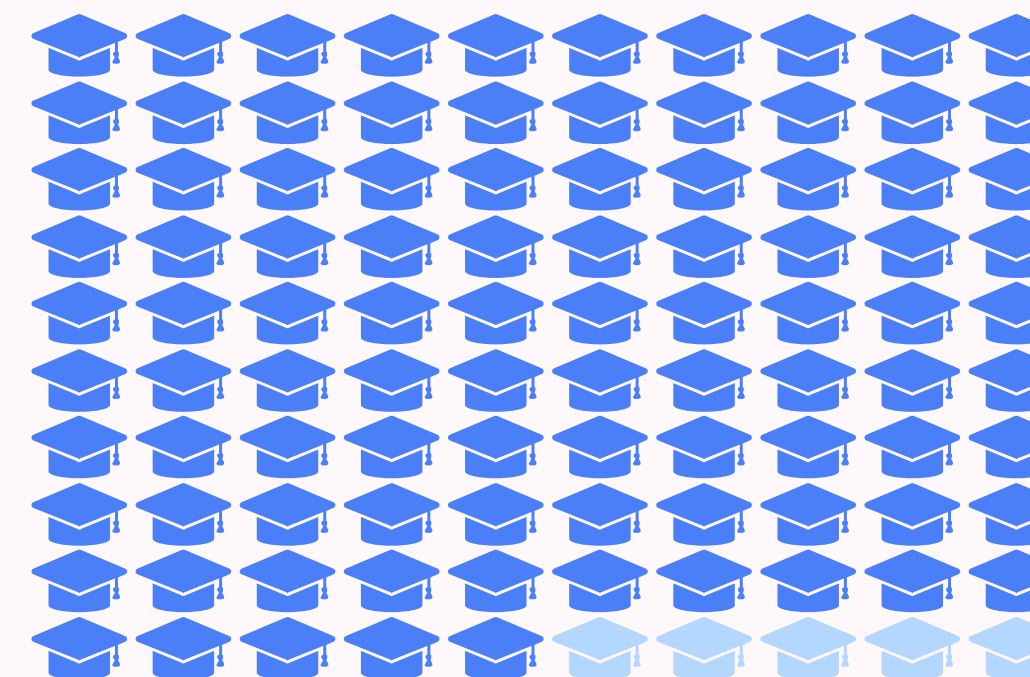
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

50%

Resultado 2025

95,00%



Fonte: Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário



Macrodesafio 10 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores.

Iniciativas Estratégicas:

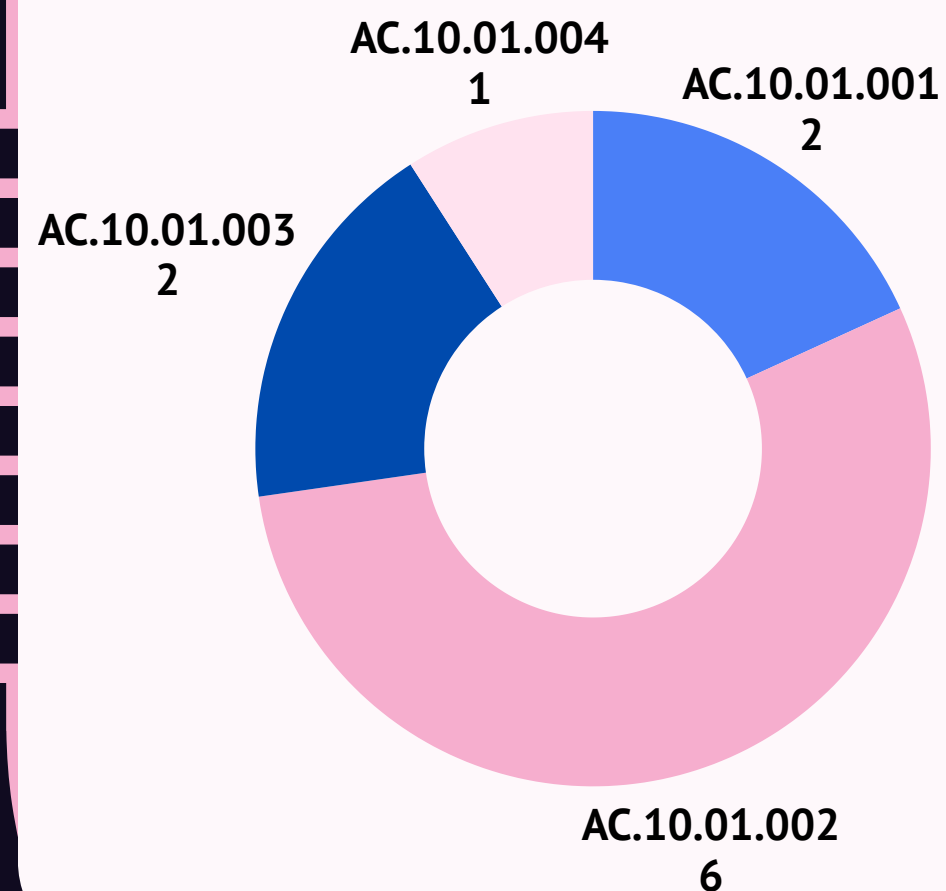
AC.10.01.001 – Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.

AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

AC.10.01.003 – Promover a adequação da força de trabalho.

AC.10.01.004 – Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025





Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.10.01.001 – Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Program a (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.001 — Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executar o Programa "Ofi-Cine".	Suscitar debates, reflexões e questionamentos sobre diversos assuntos relacionados ao mundo do trabalho norteados por algum conteúdo audiovisual que aborde a temática escolhida para cada encontro. Formato híbrido, cabendo ao participante escolher - no ato da inscrição - a forma a qual quer participar dele: online ou presencial.	Prestação contínua dos serviços.	08/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.001 — Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executar o Programa "Roda de Conversa".	Disponibilizar espaços de diálogo nos quais os trabalhadores e seus familiares possam trocar experiências, vivências, informações e refletir acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho, ampliando as temáticas abordadas ao trazer temas mais específicos, atuais e referentes a aspectos/problemas cotidianos comuns à sociedade.	Prestação contínua dos serviços.	08/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Realizar o Programa de Segurança e Medicina do Trabalho.	Elaborar, implementar e gerenciar o Programa de Riscos Ocupacionais (PGR) para cada unidade do PJES Elaborar, implementar e gerenciar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) Realizar exames médicos ocupacionais, pareceres, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador; Transmitir arquivos do e-Social relativos aos dados de Segurança e Saúde do Trabalhador (SST) conforme prazos e exigências legais.	Prestação contínua dos serviços.	19/04/2022	25/04/2026	A empresa informou que não há interesse em prorrogar a vigência.	-
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executar o Programa de atendimento a magistrados e servidores com deficiência no Poder Judiciário do Espírito Santo.	Promover ações de saúde para magistrados e servidores com deficiência e mobilidade reduzida.	Atendimentos individuais. Orientações quanto a Resolução TJES nº 029/2024. Participação do I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial.	08/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executar o Programa de Acompanhamento ao Trabalhador (PAT).	Reduzir o tempo de afastamento dos magistrados e servidores a partir de um acompanhamento multiprofissional.	Elaboração de relatório de licenças médicas. Acompanhamento dos casos encaminhados. Acompanhamento de indicadores de afastamentos. Encaminhamento para equipe técnica de acompanhamento regular.	08/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executar o Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA.	Oferecer espaço para obtenção de informações relacionadas à aposentadoria, de forma a estimular o planejamento desta etapa e contribuir para a qualidade de vida dos magistrados e servidores.	Realização de atendimentos individuais relacionados à demanda de aposentadoria. Realização de capacitação sobre o tema (Escola da Magistratura).	08/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executar o Programa de ações de Saúde.	Promover ações voltadas para a prevenção e promoção da saúde, bem como para a participação social.	Avaliação de Saúde realizada em conjunto com a EMES com a participação de 67 pessoas (10/10/2024); Divulgação de emails informativos; Campanha de doação de potes de vidro para o Banco de Leite Materno.	08/01/2024	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Corregedoria Geral de Justiça	Executar o Programa "Bem-Conviver".	Desenvolver ações semanais de comunicação dirigidas, por diversos canais, aos integrantes do Poder Judiciário capixaba, com o objetivo de promover a sensibilização de magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores do TJES para a construção de um ambiente de trabalho com mais atenção nas relações interpessoais, ampliando diálogos e aprimorando a comunicação por meio de atitudes gentis e cordiais durante a convivência e relacionamentos diários.	1) Lançamento da Campanha Bem-Conviver no dia 27/02/2025; 2) Divulgação de Cards semanais para todos os colaboradores do PJES no período de abril a agosto de 2025.	06/02/2025	Programa de ação continuada	Programa permanente, será realizado continuamente.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC. 10.01.003 – Promover a adequação da força de trabalho.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Program a (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC. 10.01.003 — Promover a adequação da força de trabalho.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Realizar Concurso Público para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro.	Prover de 97 vagas de serventias extrajudiciais de atividade notarial e de registro e Relizar a remoção de 48 vagas.	Realização de todas as etapas do concurso.	11/06/2024	até a validade do concurso	Etapa de Inscrições Finalizada (1ª etapa)	-
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC. 10.01.003 — Promover a adequação da força de trabalho.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Realizar Concurso Público para Ingresso na Magistratura.	Prover 20 (vinte) cargos na magistratura.	Realização de todas as etapas do concurso.	14/03/2023	13/03/2025	Não realizada a última etapa do concurso.	Realização Atrasada.



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC. 10.01.004 – Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Program a (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	10 – Gestão de Pessoas	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC. 10.01.004 — Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.	Secretaria de Tecnologia e Informação	Contratar serviços de implantação, customização, integração, manutenção, treinamento, consultoria e suporte do módulo Gestão de Folha de Pagamento e Recursos Humanos do sistema.	Implantar, treinar, e fornecer infraestrutura em nuvem IaaS, customização, manutenção e suporte do sistema GRP Thema - módulo ADMRH.	Alcance de efetiva integração e disponibilização de informações relacionadas à gestão de pessoas.	09/10/2024	08/06/2026	Solução em implantação.	Dos itens da contratação, somente os itens 1 e 4 (33904035) e item 2 (33904048) são classificados como projeto, os demais são atividade.



Macrodesafio 11 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Indicador

IDOB - ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Mede o percentual do orçamento comprometido com despesas obrigatórias, indicando a parcela restante disponível para gastos discricionários.

OBS: Os resultados foram calculados diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

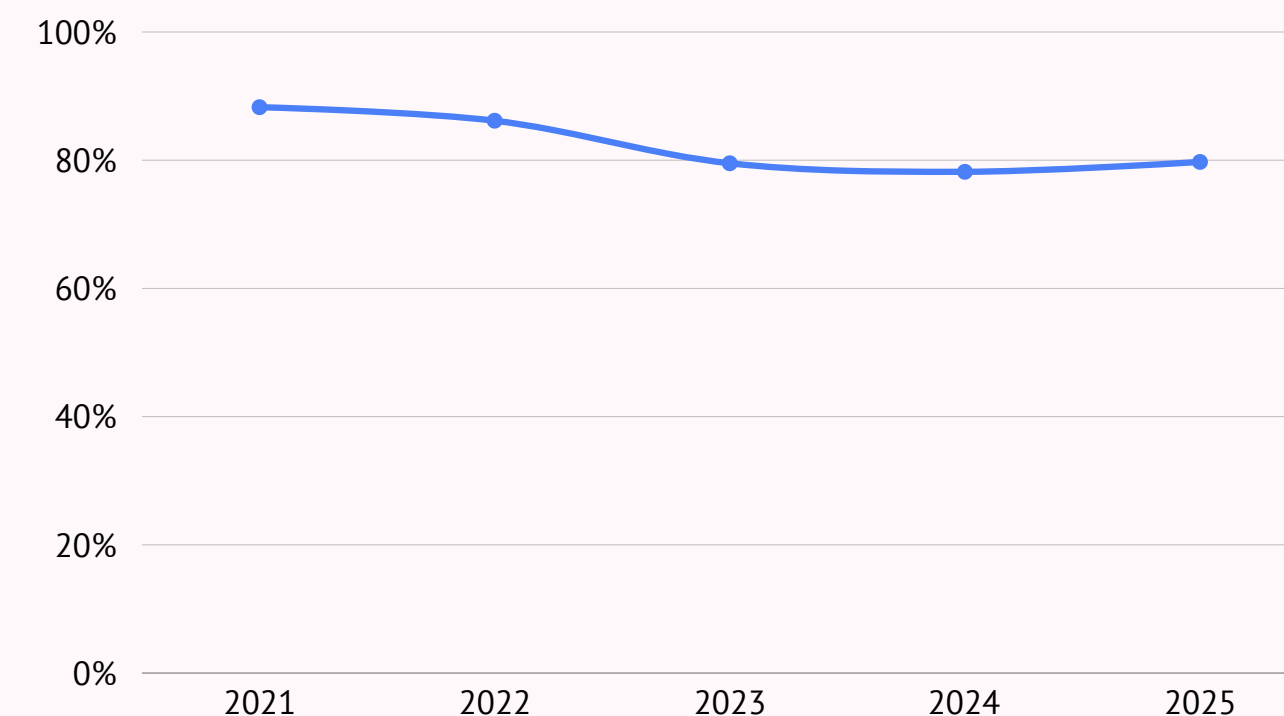
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

79,73%

Resultado 2025

79,73%



Fonte: Página de Gestão Orçamentária do TJES - Transparência



Macrodesafio 11 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Indicador

IEDD - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Indica o percentual de utilização das dotações destinadas às despesas discricionárias, refletindo o grau de execução orçamentária e a precisão das prioridades definidas pela administração.

OBS: Os resultados foram calculados diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

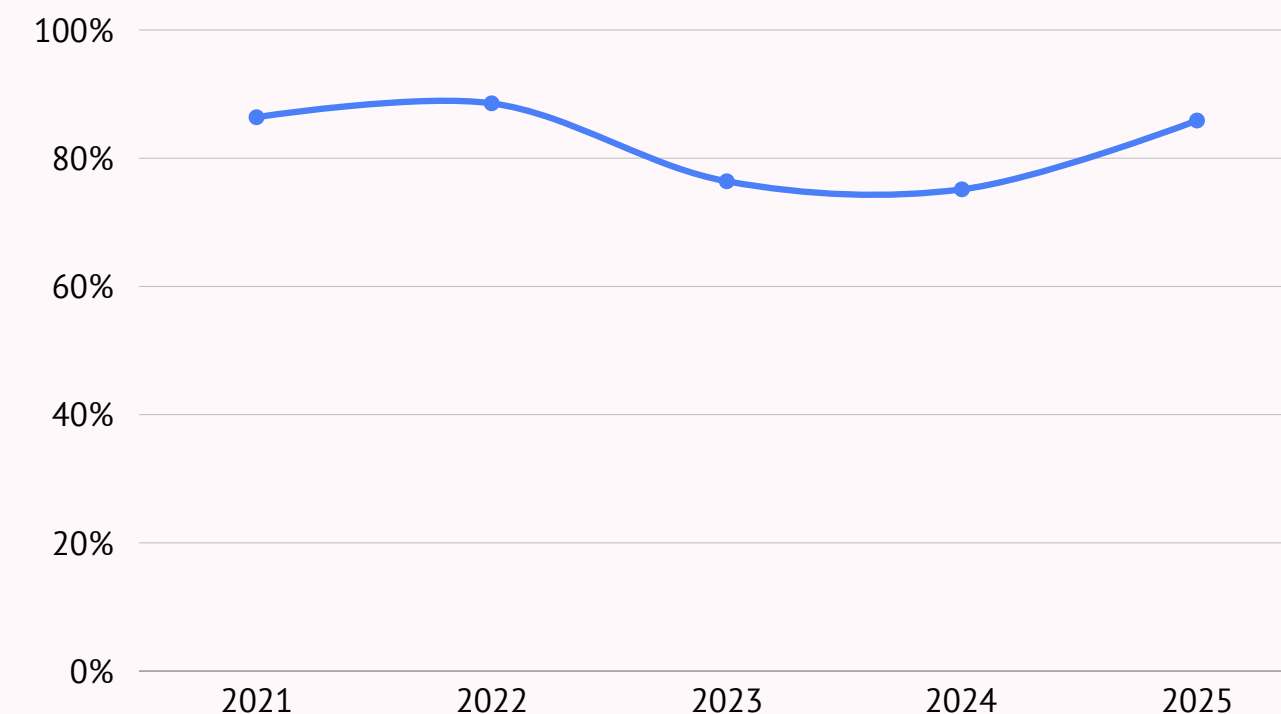
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

85,88%

Resultado 2025

85,88%



Fonte: Página de Gestão Orçamentária do TJES - Transparência



Macrodesafio 11 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Indicador

IEP - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS

Indica o percentual de execução das dotações destinadas a projetos discricionários, demonstrando a capacidade da administração de realizar investimentos e priorizar adequadamente seus recursos.

OBS: Os resultados foram calculados diretamente pelo TJES utilizando o Glossário de Indicadores dos Macrodesafios.

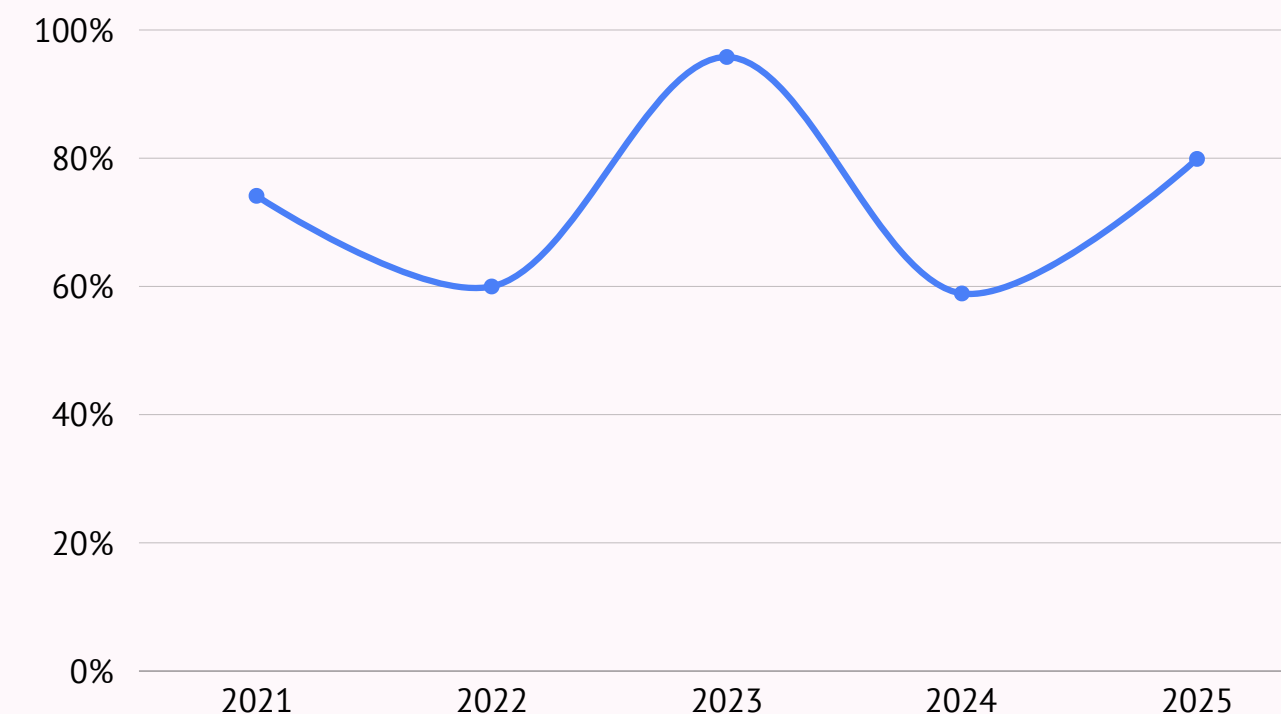
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta equiparada ao resultado alcançado tendo em vista a resolução do TJES que altera o Anexo 1 do Planejamento Estratégico.

79,89%

Resultado 2025

79,89%



Fonte: Página de Gestão Orçamentária do TJES - Transparência



Macrodesafio 11 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Objetivo Estratégico:

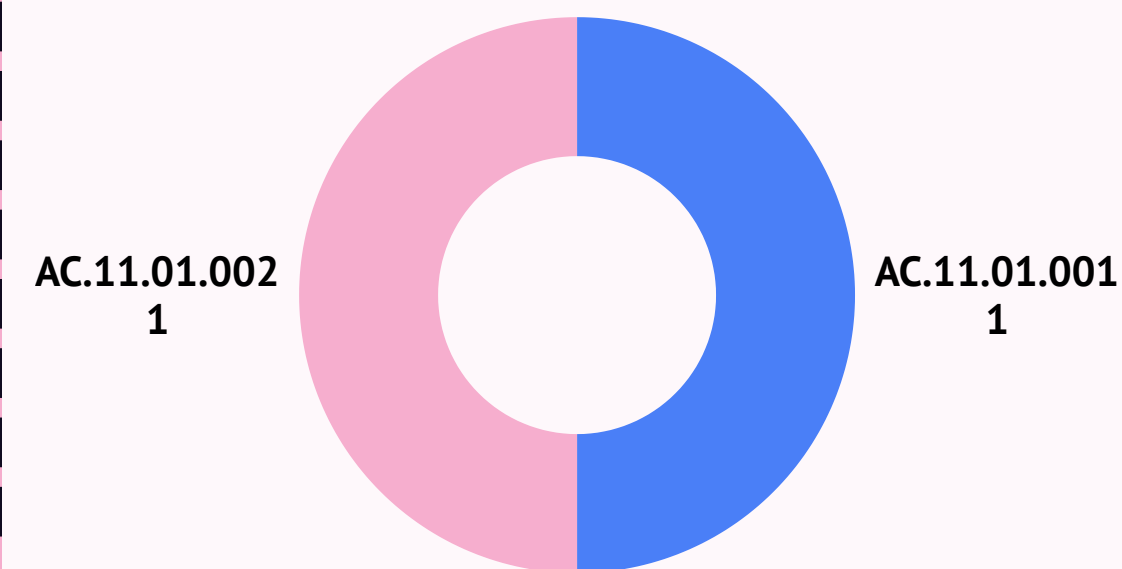
AC.11.01 – Garantir a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros na execução da estratégia.

Iniciativas Estratégicas:

AC.11.01.001 – Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira.

AC. 11.01.002 – Assegurar recursos para atendimento dos projetos.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025





Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.11.01.001 – Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	11 – Gestão Orçamentária e Financeira	AC.11.01 – Garantir aplicação dos recursos na execução da estratégia	AC.11.01.001 – Aperfeiçoar execução orçamentária e financeira	Secretaria de Tecnologia e Informação	Adquirir Software para gestão do PROMOJUES/BID.	Contratar subscrição de licenças de uso de software para Gestão de Recursos oriundos de financiamentos externo (versão atualizada).	<p>Controle dos recursos alocados nos projetos advindos de recursos externos;</p> <p>Lastreamento e melhoria das decisões;</p> <p>Mudanças e previsões, auditorias na gestão dos projetos em rotinas;</p> <p>Transparência e compreensão sobre os projetos das mais variadas áreas e seu relacionamento com os serviços pré-existentes;</p> <p>Ampliação da capacidade de prestação de serviços suportados pela TI, atendendo às novas demandas e políticas definidas pelo PJES;</p> <p>Ciclo mais rápido de inovação;</p> <p>Modernização da metodologia de gestão;</p> <p>Capacidade de gerir outros projetos de alta complexidade com recursos humanos próprios.</p>	19/11/2024	18/11/2029	Solução em andamento.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC. 11.01.002 – Assegurar recursos para atendimento dos projetos.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	11 – Gestão Orçamentária e Financeira	AC.11.01 – Garantir aplicação dos recursos na execução da estratégia	AC.11.01.002 – Assegurar recursos para projetos estratégicos	Unidade de Coordenação de Programas - BID	Custear Projetos de Modernização do PJES - Financiamento Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (detalhamento ao final da planilha)*.	Desenvolver o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PROMOJUES. Trata-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas de aperfeiçoamento dos instrumentos de governança institucional, de transformação digital e de gestão estratégica visando elevar a eficiência do Poder Judiciário capixaba e ampliar o acesso à justiça.	Componente 1: i) Ações de melhoria do atendimento à população implementadas; ii) Programa ampliado de acesso à justiça (incluindo acessibilidade p/ pessoas com deficiência em infraestrutura física e digital); iii) Soluções tecnológicas e de inteligência artificial p/ melhorar o acesso à justiça desenvolvidas; iv) Políticas e ações p/ melhorar a prestação de contas implantadas; v) Ações de justiça ambiental instituídas; vi) Ações de acesso à justiça com perspectiva de gênero desenvolvidas; vii) Mecanismos de apoio à política de mediação de conflitos; Componente 2: i) Modelo de fortalecimento da governança, contemplando perspectivas de gênero e diversidade; ii) Plano de Gestão da Mudança implementado; iii) Política de privacidade e segurança das informações implementada (incluindo SOC); iv) Sistemas admin. integrados (solução de planej. de recursos – Enterprise Resource Planning) v) Mecanismos de monitoramento de dados judiciais e admin. implantados; vi) Infraestrutura tecnológica modernizada; vii) Arquitetura corporativa definida; viii) Ambiente de tecnologia em nuvem implementado; ix) Soluções tecnologia e de inteligência artificial p/ aprimorar os serviços jurisd. implementados; x) Processos físicos digitalizados; xi) Ações para a adoção de tecnologias verdes implementadas.	12/12/2024	12/12/2029	Em execução.	-



Macrodesafio 12 – Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Indicador

IGovTIC-JUD

Corresponde à pontuação obtida na última avaliação do IGovTIC-Jud, divulgada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ.

OBS: Os resultados foram calculados exclusivamente pelo CNJ

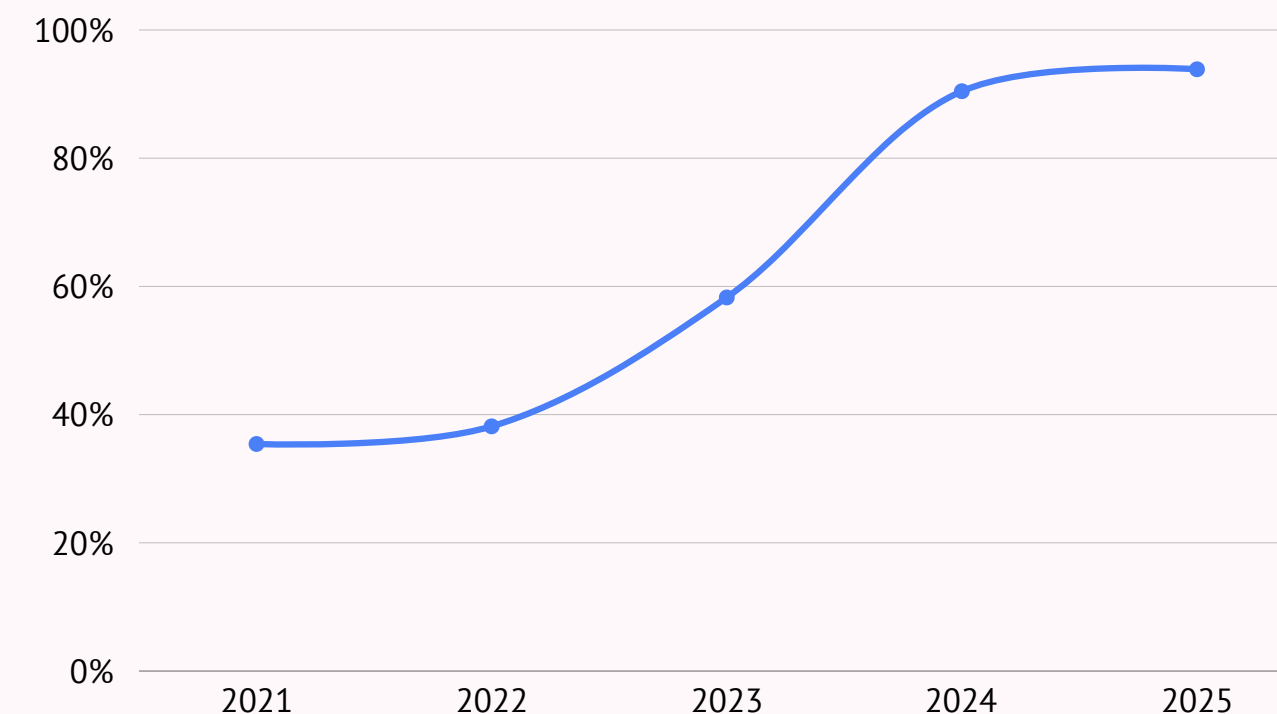
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 90% para o ano de 2025 tendo em vista os resultados alcançados em edições anteriores do indicador.

90%

Resultado 2025

93,87%



Fonte: Painel IGovTIC-JUD - Resultados



Macrodesafio 12 – Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Indicador

PERCENTUAL DE CASOS ELETRÔNICOS SOBRE O ACERVO TOTAL

Percentual de casos eletrônicos em relação ao total de processos em tramitação.

OBS: Os resultados foram calculados exclusivamente pelo CNJ

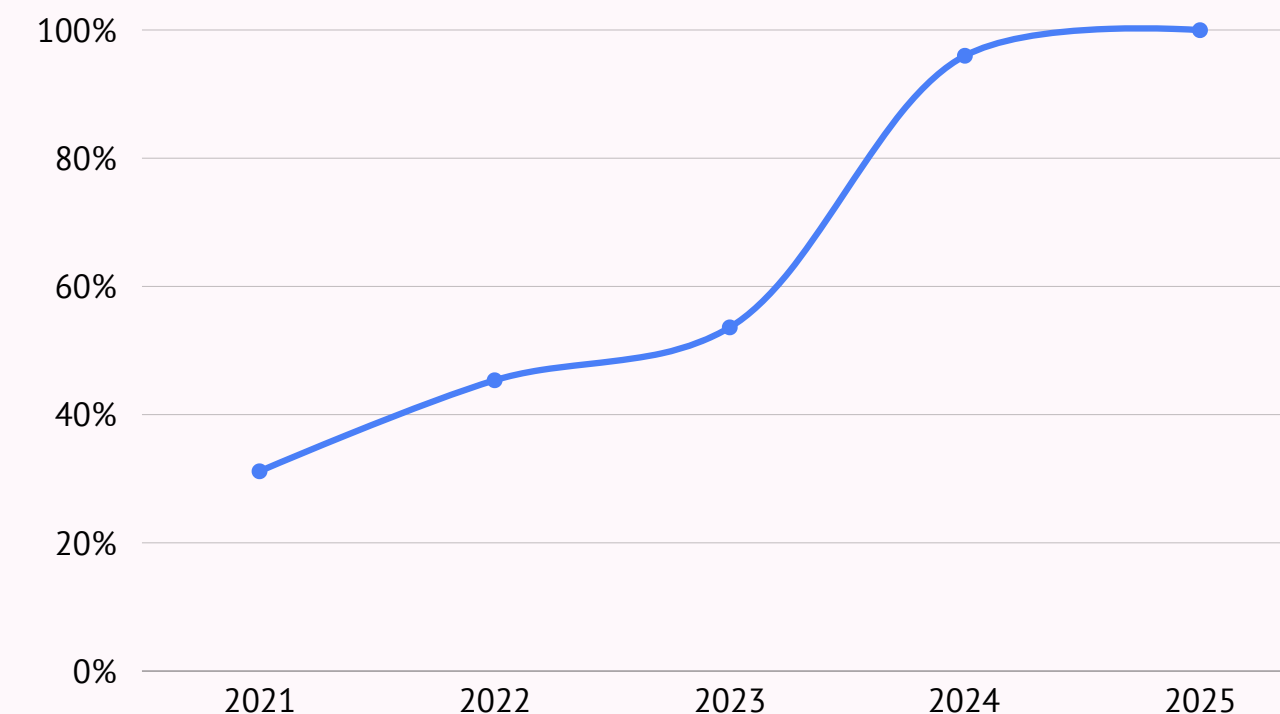
Meta 2025

O TJES estabeleceu a meta de 100% para o ano de 2025 tendo em vista os resultados alcançados em edições anteriores do indicador.

100%

Resultado 2025

99,97%



Fonte: Painel de Estatísticas do Justiça em Números



Macrodesafio 12 – Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Objetivo Estratégico:

AC.12.01 – Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.01.001 – Implantar Gestão de Demanda.

AC.12.01.002 – Aumentar o índice de Governança de TIC.

AC.12.01.003 – Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC.

AC.12.01.004 – Gerenciar e aprimorar os serviços de TI.

AC.12.01.005 – Reestruturar a STI – Recursos Humanos e Estrutura Organizacional.

Objetivo Estratégico:

AC.12.02 – Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.02.001 – Aprimorar a Segurança da Informação.

AC.12.02.002 – Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD.

Objetivo Estratégico:

AC.12.03 – Aprimorar as aquisições e contratações de TIC.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.03.001 – Elaborar e executar o Plano de Contratações de TIC.

Objetivo Estratégico:

AC.12.04 – Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.04.001 – Reduzir o tempo de atendimento às demandas de TIC dos usuários.

Objetivo Estratégico:

AC.12.05 – Promover a transformação digital.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.05.001 – Ampliar a utilização de sistema processual eletrônico a 100% das unidades.

Objetivo Estratégico:

AC.12.06 – Buscar a inovação de forma colaborativa e promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.06.001 – Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.

Objetivo Estratégico:

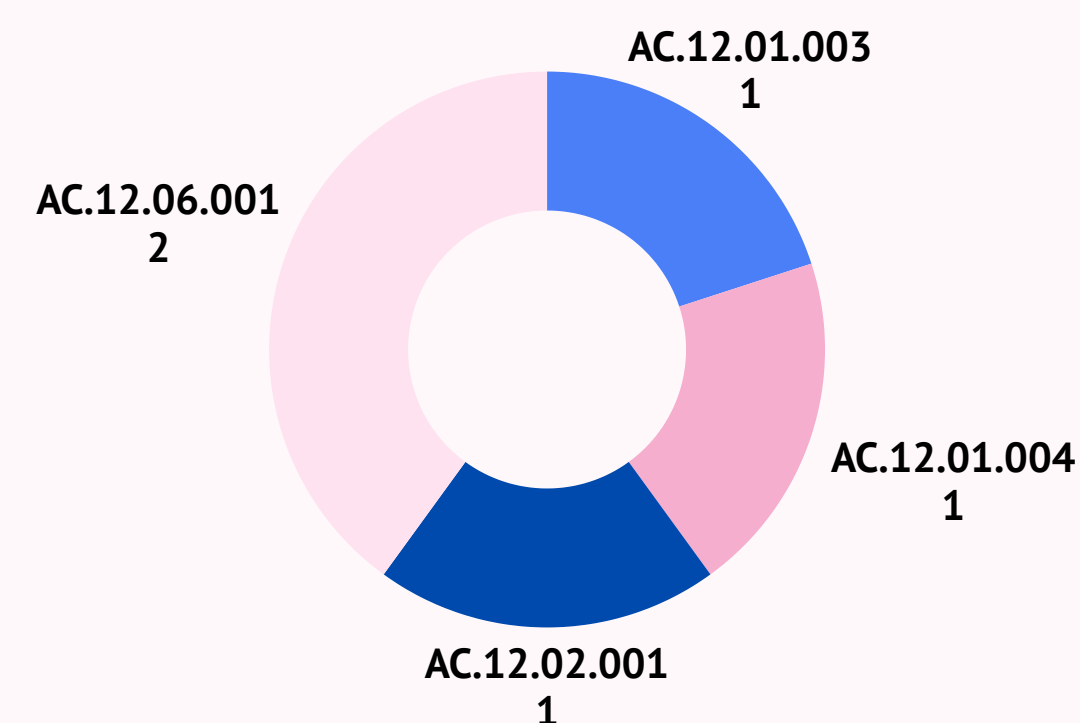
AC.12.07 – Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores.

Iniciativas Estratégicas:

AC.12.07.001 – Regulamentar e Implantar o Plantão na STI.

AC.12.07.002 – Elaborar e executar Plano de Capacitação.

Quantidade de Projetos/Programas por Iniciativa - 2025



OBS: serão apresentados Projetos e Programas ligados apenas às Iniciativas AC.12.01.003, AC.12.01.004, AC.12.02.001 e AC.12.06.001. As outras iniciativas não possuem Projetos ou Programas ligados à eles para o ano de 2025.



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.12.01.003 – Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Processos Internos	12 – Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	AC.12.01 – Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC	AC.12.01.003 – Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC.	Secretaria de Tecnologia e Informação	Sanear Dados de TI.	Saneamento de Dados do PJE.	Diagnóstico Analítico Negocial; Trilhas de Capacitação em Governança de Dados e Gestão Estratégica de Metas a partir de dados dos sistemas do TJES, do CNJ e sua consolidação; Implementação da Estratégia de Melhoria dos Índices do Prêmio CNJ/2025 e Qualidade de Dados; Implementações de correções e Saneamento de Dados Integradas ao PJe; Integração e Consistência com DataJud e Aplicação de Centralização de Dados (RUDIS - Real-time Unified Data Information Store) e Automação e Monitoramento.	05/05/2025	05/05/2026	Diagnóstico Analítico Negocial - Etapa 1 - concluída.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.12.01.004 – Gerenciar e aprimorar serviços de TI

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	12 – Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	AC.12.01 – Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC	AC.12.01.004 – Gerenciar e aprimorar serviços de TI	Secretaria de Gestão de Pessoas	Contratar Temporariamente Profissionais de TI.	Designar temporariamente 43 profissionais de tecnologia da informação para exercerem atividades técnicas especializadas não finalísticas e não permanentes do TJES e formar cadastro de reservas.	Inovação; Segurança de projetos; transformação digital e atuação estratégica e colaborativa.	21/06/2024	20/06/2027	32 designações temporárias ao final de 2025.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.12.02.001 – Aprimorar a Segurança da Informação.

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	12 – Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	AC.12.02 – Aprimorar a segurança da informação e gestão de dados	AC.12.02.001 — Aprimorar a Segurança da Informação.	Secretaria de Tecnologia e Informação	Adquirir licenças e Contratar Serviços Oficiais de Manutenção para Softwares.	Atualização Solução de Gestão de Identidade - OpenText.	Atualização dos softwares e expansão da solução de gestão de identidade para todo PJES.	18/12/2025	01/01/2026	Licenciamento disponibilizado em 22/12/2025. Pendente de ateste.	-



Projetos e Programas alinhados à Iniciativa Estratégica - AC.12.06.001 – Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Perspectiva	Macrodesafios CNJ	Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Identificação do Projeto/Ação/Programa	Objeto (Propósito) do Projeto/Ação/Programa	Entregas Esperadas	Data de Início	Previsão de Término	Informações Atuais do Projeto/Ação/Programa (Ano de 2025)	Observação
Aprendizado e Crescimento	12 – Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	AC.12.06 - Buscar inovação de forma colaborativa e promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	AC.12.06.001 – Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas	Secretaria de Tecnologia e Informação	Adquirir Desktops, Notebooks, Leitores de Mídia e Nobreaks.	Apoiar as atividades jurisdicionais.	Substituição dos equipamentos obsoletos; Atendimento dos setores onde há necessidade por novos equipamentos; Substituição de equipamentos fora da garantia cuja manutenção se torne onerosa; Diminuição do número de falhas.	20/02/2025	20/02/2026	Equipamento entregue em garantia do produto de 60 meses.	-
Aprendizado e Crescimento	12 – Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	AC.12.06 - Buscar inovação de forma colaborativa e promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	AC.12.06.001 – Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas	Secretaria de Tecnologia e Informação	Adquirir Desktops, Notebooks, Leitores de Mídia e Nobreaks.	Apoiar as atividades jurisdicionais.	Substituição dos equipamentos obsoletos; Atendimento dos setores onde há necessidade por novos equipamentos; Substituição de equipamentos fora da garantia cuja manutenção se torne onerosa; Diminuição do número de falhas.	17/10/2025	01/12/2025	Equipamento entregue em garantia do produto de 60 meses.	-

Considerações Finais

Os resultados apresentados neste documento reafirmam a importância do Planejamento Estratégico como instrumento de gestão, monitoramento e aperfeiçoamento contínuo da atuação institucional do TJES. Eles demonstram o compromisso do Tribunal com a melhoria da prestação jurisdicional e com o alinhamento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse sentido, destaca-se o compromisso permanente com as perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, fundamentais para a promoção de uma Justiça mais acessível, eficiente, inovadora e orientada ao desenvolvimento institucional. Esses eixos reforçam a busca por resultados que gerem valor público, qualifiquem os serviços prestados e fortaleçam a capacidade do Tribunal de responder às demandas da sociedade.



Poder Judiciário
**Tribunal de Justiça do
Estado do Espírito Santo**